

Artigos - Turismo e sociedade

As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar

The health and wellness contributions of park visitation

Las contribuciones de la visitación en Parques a la salud y bienestar

Altair Sancho-Pivoto¹, Sidnei Raimundo²

¹Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil.

²Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Palavras-chave:

Parques urbanos;
Parques naturais;
Visitação;
Turismo;
Saúde;
Bem-estar.

Resumo

Com a retomada do setor de turismo num cenário pós-pandêmico, será possível observar a preferência por destinos menos massificados e que valorizem pressupostos de sustentabilidade, com enfoque em aspectos naturais e culturais e na promoção da saúde e bem-estar. Os parques adquirem centralidade nesse contexto em virtude da vocação para o ecoturismo e dos potenciais benefícios associados à visitação. Nesse sentido, o presente trabalho busca reconhecer o “estado da arte” das pesquisas voltadas à apreensão e mensuração dos benefícios da visitação em parques urbanos e não urbanos para a saúde e bem-estar, de forma a revelar enfoques prioritários de investigação, lacunas e avanços existentes. A pesquisa envolveu um estudo bibliométrico em bases como Scopus e Periódicos Capes. Ao todo, 55 trabalhos foram identificados por tratar especificamente das contribuições da visitação a parques urbanos e não urbanos para a saúde e o bem-estar. Os resultados indicam a forte vinculação dos parques com a saúde e bem-estar, sobretudo em relação a aspectos físicos, prevenção de doenças, restauração por meio do contato com a natureza e momentos de sociabilidade. Já as dimensões que versam sobre o bem-estar espiritual, cultural, econômico e intelectual/laboral não compõem o escopo da maior parte dos estudos em termos de motivações da visita e benefícios percebidos.

Keywords:

Urban parks;
Natural parks;
Visitation;
Tourism;
Health;
Wellness.

Abstract

Along with the tourism segment resumption in a post-pandemic scenario, it will be possible to observe tourist preference for less crowded destinations that value sustainable premises, focusing on natural and cultural aspects and on the promotion of health and wellness. Parks become central in this context due to their vocation for ecotourism and the potential benefits related to their visitation. In this sense, this work seeks to recognize the “state of the art” of research aiming to understand and measure health and wellness benefits of urban and non-urban park visitation, so to evince existing focuses, gaps and advances in investigation. The research involved a literature review study on databases such as Scopus, and Periódicos Capes. Altogether, 55 works were identified as seeking to understand specifically the contributions of urban and non-urban parks visitation to health and wellness. The results have indicated a strong connection between parks and health and wellness, especially regarding physical aspects, prevention of illnesses, restoration through contact with nature, and moments of sociability. While the dimensions concerning spiritual, cultural, economic, and intellectual/laboral wellness are out of the scope of most studies regarding the motivation for visiting and perceived benefits.

Palabras clave:

Parques urbanos;
Parques naturales;
Visitación;
Turismo;
Salud;
Bienestar.

Resumen

Con la reanudación del sector turístico en un escenario pos pandémico, se podrá observar la preferencia por destinos menos masificados que valoren los supuestos de sostenibilidad, con un enfoque en los aspectos naturales y culturales y en la promoción de la salud y el bienestar. Los parques adquieren centralidad en este contexto debido a su vocación por el ecoturismo y los potenciales beneficios asociados a las visitas. En este sentido, este trabajo busca reconocer el "estado del arte" de las investigaciones encaminadas a capturar y medir los beneficios de las visitas en parques urbanos y no urbanos para la salud y el bienestar, con el fin de revelar focos de investigación prioritarios, vacíos y avances existentes. La investigación involucró un estudio bibliométrico en bases de

Revisado por pares.
Recebido em: 18/10/2021.
Aprovado em: 09/02/2022.
Editor:
Leandro B. Brusadin.

datos como Scopus y Periódicos Capes. En total, se identificaron 55 obras que abordan específicamente las contribuciones de las visitas a parques urbanos y no urbanos para la salud y el bienestar. Los resultados indican el fuerte vínculo entre los parques y la salud y el bienestar, especialmente en relación con los aspectos físicos, la prevención de enfermedades, la restauración a través del contacto con la naturaleza y los momentos de sociabilidad. Las dimensiones que abordan el bienestar espiritual, cultural, económico e intelectual / laboral no forman parte del alcance de la mayoría de los estudios en cuanto a motivaciones para la visita y beneficios percibidos.



Como citar: Sancho-Pivoto, A. S.; Raimundo, S. (2022). As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 16, e-2546. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2546>

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, acordos e tratados internacionais como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em particular as Metas de Aichi (2011-2020), e os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (2015), chamam a atenção para a importância da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade para o bem-estar da humanidade, ratificando a necessidade da aproximação das agendas ambientais, de práticas de lazer e turismo e de saúde pública e planejamento urbano, em especial.

A relevância dessa temática ganha centralidade em virtude do consumo excessivo de recursos naturais, aumento das taxas de emissão de carbono e crescimento de problemas de saúde mais diretamente associados ao modo de vida urbano. Segundo o Objetivo 11 dos ODS, as cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas seus habitantes usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono. A rápida urbanização, que no caso do Brasil registrou um aumento de sua população urbana de 55,92%, em 1970, para cerca de 84,36% em 2010 (IBGE, 2012), além de afastar seus habitantes de ambientes que guardem naturalidade devido à locais cada vez mais artificializados, está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Além disso,

“Embora a urbanização tenha trazido muitos benefícios para a sociedade, cada vez mais nega às pessoas oportunidades de praticar atividades físicas e usufruir dos benefícios mentais, espirituais e físicos da natureza. As pessoas, principalmente os jovens, estão cada vez mais desconectados da natureza e mais sedentários. Isso é motivo de alarme e requer nossa ação imediata. Ao longo da última década, houve um aumento global de doenças não transmissíveis, como doenças cardíacas, alguns tipos de câncer e diabetes tipo 2. É provável que isso piore à medida que a população global passa de 54% das pessoas que vivem atualmente nas cidades para uma previsão de 70% até 2050. Quase todo esse crescimento urbano ocorrerá em países menos desenvolvidos (tradução livre)¹ (Parks Victoria, 2015, p. 86).

Diante desse cenário, a fim de minimizar os problemas, alguns programas e estudos vêm sendo implementados com o objetivo de evidenciar a conexão e o potencial dos parques e áreas verdes para a melhoria da saúde e bem-estar das populações dos centros urbanos e, também, aquelas residentes nos entornos diretos dessas áreas. Romagosa et al. (2015) chamam a atenção para experiências desenvolvidas em países como Austrália (“Healthy Parks, Healthy People”, Maller et al., 2005, 2008), Canadá (Canadian Parks Council, 2006), Estados Unidos (“Healthy Parks, Healthy People US”, National Park Service, 2011), Inglaterra (“Healthy Lives, Healthy People”, Natural England, 2012) e Espanha (Europarc-España, 2013), a maior parte delas, desenvolvidas em parques urbanos e periurbanos. Todos eles apontam os benefícios das áreas verdes para a saúde humana.

Pioneiro, o programa australiano “Healthy Parks, Healthy People” teve início em 1999, com o propósito de demonstrar que um sistema de saúde eficaz e “saúdável” depende diretamente de um sistema também eficaz e “saúdável” de parques e áreas verdes. Tal programa, em execução, está ancorado em três pilares: promoção de alianças locais entre setores de saúde e meio ambiente; necessidade de investimentos em pesquisas sobre o tema e disseminação de informações e ações geradas pelos programas e pesquisas. Essa iniciativa foi responsável por

¹“While urbanisation has brought many benefits to society, it increasingly denies people opportunities for physical activity and enjoyment of the mental, spiritual and physical benefits of nature. People, particularly young people, have become increasingly disconnected from nature and more sedentary. This is cause for alarm and it needs our immediate action. Over this last decade, there has been a global increase in non-communicable diseases such as heart diseases, some cancers, and Type 2 diabetes. This is likely to worsen as the global population shifts from 54 per cent of people living in cities today to a forecast 70 per cent by 2050. Almost all of this urban growth will occur in less developed countries (Parks Victoria, 2015, p. 86).

chamar a atenção para a relação entre visitação de parques e suas contribuições à saúde e bem-estar, e vem mobilizando iniciativas em diferentes países e o interesse por parte de um número crescente de pesquisadores.

Contudo, segundo Lemieux et al. (2012), grande parte das pesquisas existentes ainda direcionam enfoque para parques e áreas verdes localizados em centros urbanos, privilegiando aspectos relacionados à saúde física, prevenção de doenças e restauração por meio do contato com a natureza. É preciso avançar nesse debate, como sugerido por Maller et al. (2008), Lemieux et al. (2012), Romagosa et al. (2015), Kaikkonen et al. (2015), Lemieux et al. (2016) e Romagosa (2018), privilegiando-se uma perspectiva de investigação mais ampla e transversal sobre as potenciais contribuições tanto de parques urbanos quanto não urbanos à saúde e bem-estar das sociedades. Isso significa considerar elementos vinculados ao bem-estar psicológico/emocional (para se recuperar do cansaço/stress mental, relaxar, ficar tranquilo, sossegado), físico-esportivos (para atividades físicas como caminhadas, ciclismo, corrida, natação, entre outras), social (para oportunidades de maior interação social / união com a família e/ou os amigos), intelectual (para oportunidades de se envolver em atividades intelectuais, críticas, criativas e estimulantes), espiritual (para conectar-se com a natureza, buscar sentido e significado de suas identidades e alteridades, inspirações da natureza, buscar significado e propósito de vida, meditar), ecológico/ambiental (para experimentar, conhecer e estabelecer vínculos com o ambiente natural, desenvolver cidadania ecológica), ocupacional/laboral (para melhorar a capacidade de trabalho após a visita), econômico (para apoiar a economia das localidades onde estão situados os parques) e cultural (para vivenciar o patrimônio cultural e histórico, elementos de ruralidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais).

Em relação a esse último aspecto (cultural), não é incomum na lógica dos parques urbanos a instalação de equipamentos “culturais”, tais como museus, teatros de arena, espaços para exposições e oficinas de artes, dentre outros, mas, no caso brasileiro, profundamente subutilizados, dada à precariedade das políticas de gestão (Raimundo & Pacheco, 2021). Todos esses interesses expressam, portanto, possibilidades de atividades realizadas ao ar livre nos ambientes desses parques, com arborização adequada, presença de corpos d’água em alguns deles, prestando serviços ecossistêmicos e atingindo um conforto ambiental, o que permite uma maior sensibilização das pessoas em contato com a natureza (Raimundo & Pacheco).

Importante também mencionar que experiências de visitação às áreas protegidas como os parques, sobretudo àquelas vinculadas ao ecoturismo, apresentam potencial para proporcionar aos visitantes momentos de lazer em meio à natureza, melhoria da saúde e bem-estar, vivências e aprendizados sobre os patrimônios naturais e culturais, contribuindo assim para sua efetiva apropriação e valorização, além de dinamizar economias locais e incrementar os recursos financeiros para a manutenção destas áreas (Pessot et al., 2021). O desafio consiste, no entanto, em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (BRASIL, 2008). Em termos econômicos, uma estimativa de 2019 coloca o valor direto do turismo de vida selvagem em US\$ 120 bilhões ou US\$ 346 bilhões quando os efeitos multiplicadores são contabilizados, com a geração de 21,8 milhões de empregos (World Travel and Tourism Council, 2019). Quando consideramos a relação entre parques, turismo e saúde e bem-estar, the “natural resources are recognized among the key determinants for the improvement of wellness, and thus the development and sustainability of health tourism destinations” (Pessot, Spoladore, Zangiacomì & Sacco, 2021). Ao mesmo tempo, segundo Tsunetsugu et al. (2013), mesmo que recentemente muitos estudos apontem para os múltiplos benefícios à saúde e ao bem-estar associados aos parques, esse conhecimento ainda se encontra na periferia das iniciativas de planejamento urbano e turístico e nos processos decisórios. “A tendência atual de construção de cidades compactas não leva totalmente em consideração o potencial dos ambientes naturais em contribuir para a qualidade dos ambientes de trabalho e habitação, o que poderia melhorar a saúde e o bem-estar das sociedades (tradução livre)² (Tsunetsugu et al., 2013, p. 90).

Essa perspectiva ganha ainda mais centralidade no atual contexto de pandemia causada pela COVID-19. Estudos recentes já apontam para um piora dos problemas físicos e mentais da população em geral, devido ao isolamento social e ao fato das relações pessoais se tornarem escassas nesse período (Schmidt et al., 2020; Tendais & Ribeiro, 2020). Em decorrência desse contexto, as áreas verdes, sobretudo aquelas situadas nas cidades, adquirem centralidade em virtude dos benefícios associados à qualidade ambiental dos centros urbanos e às melhorias do bem-estar, saúde física e psíquica da população (Londe & Mendes, 2014), contribuindo decisivamente para o processo de resiliência urbana (Tendais & Ribeiro, 2020). Ao mesmo tempo, o comportamento das pessoas tende a se transformar, de maneira que os cuidados com a saúde e o bem-estar deverão se intensificar, surgindo novas

² The current trend of building compact cities does not fully take into account the potential of natural settings in contributing to the quality of working and housing environments, which could enhance the health and well-being of societies (Tsunetsugu et al., 2013, p. 90).

tendências de uso e escolha de espaços de convivência, com preferência para espaços públicos ao ar livre, como os parques (Ximenes et al. 2020, p. 5), cujos processos de reabertura deverão acontecer de forma compatível com as exigências da saúde pública e a adoção de protocolos rígidos de prevenção à doença (Ximenes et al., 2020). Na mesma direção, com a retomada do setor de turismo, será possível observar a preferência por destinos menos massificados e que valorizem princípios de sustentabilidade, com experiências mais vinculadas ao bem-estar e à saúde. De acordo com Andreu et al. (2021, p. 01),

A situação atual relacionada à pandemia acelerou as tendências do turismo que já estavam se consolidando no setor: uma preferência crescente por lugares menos lotados; experiências holísticas e de bem-estar; e produtos turísticos inovadores que consideram as gerações futuras, são mais conscientes da sustentabilidade e respondem ao novo paradigma de maior atenção global para cuidar e respeitar o planeta e a humanidade (tradução livre)³.

Esses autores também chamam a atenção para a dimensão do bem-estar e sua relação com experiências turísticas num cenário de pós-pandemia, ao afirmar que “o bem-estar está relacionado às práticas de saúde e pode ajudar a recuperar os métodos tradicionais de bem-estar e reduzir a epidemia de saúde mental. O bem-estar também desempenha um papel na proteção dos bens naturais e culturais, apoiando a proteção ambiental e promovendo o turismo sustentável (tradução livre)”⁴ p. 04). Os destinos de natureza se destacam nesse cenário, em especial aqueles que contemplam áreas protegidas em seus territórios e apoiam modelos de ecoturismo, justamente por privilegiar propostas comprometidas com valores de conservação ambiental, responsabilidade social, repartição justa de benefícios gerados, intercâmbio cultural, aprendizado e geração de benefícios diretos à saúde e bem-estar dos visitantes.

Diante desse cenário, um dos desafios que se apresentam reside justamente em uma melhor compreensão dos debates existentes na literatura especializada sobre a visitação em parques e sua relação com a saúde e bem-estar, de forma a revelar enfoques prioritários de investigação, bem como lacunas e avanços nos estudos e os caminhos para o efetivo aproveitamento do potencial dos parques para a promoção da saúde, bem-estar, lazer e turismo para as sociedades. Inspirados nesse desafio, o presente trabalho tem por objetivo reconhecer o “estado da arte” das pesquisas voltadas à apreensão e mensuração dos benefícios da visitação de parques para a saúde e bem-estar. Buscou-se, nessa direção, compreender os enfoques dos estudos sobre tal temática em termos de tipologia dos parques estudados – urbanos e não urbanos –, métodos de investigação adotados e benefícios mais comumente associados aos parques urbanos e não urbanos à saúde e ao bem-estar humano.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa envolveu um estudo bibliométrico, inspirado em Silva et al. (2016), sobre as pesquisas que tratam das contribuições da visitação em parques (urbanos e naturais) para a saúde e bem-estar, de modo a evidenciar focos, lacunas e avanços na investigação. O referencial teórico que norteou a seleção dos textos, bem como a sistematização e categorização dos resultados esteve apoiado nos trabalhos de Maller et al. (2008) e Lemieux et al. (2012), que sugerem uma interpretação ampla de saúde e bem-estar enquanto motivações e benefícios potencialmente associados à visitação de parques, a saber: bem-estar psicológico/emocional (para se recuperar do cansaço/stress mental, relaxar, ficar tranquilo, sossegado), físico-esportivos (para atividades físicas como caminhadas, ciclismo, corrida, natação, entre outras), social (para oportunidades de maior interação social / união com a família e/ou os amigos), intelectual (para oportunidades de se envolver em atividades intelectuais, críticas, criativas e estimulantes), espiritual (para conectar-se com a natureza, buscar sentido e significado de suas identidades e alteridades, inspirações da natureza, buscar significado e propósito de vida, meditar), ecológico/ambiental (para experimentar, conhecer e estabelecer vínculos com o ambiente natural, desenvolver cidadania ecológica), ocupacional/laboral (para melhorar a capacidade de trabalho após a visita), econômico (para apoiar a economia das localidades onde estão situados os parques) e cultural (para vivenciar o patrimônio cultural e histórico, elementos de ruralidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais).

Inspirados nesses temas de análise que versam sobre visitação em parques, saúde e bem-estar, optou-se pela seleção de textos publicados a partir de 2010, nos idiomas português, inglês e espanhol, nas seguintes bases

³ The current situation related to the pandemic has accelerated trends in tourism that were already taking hold in the sector: a growing preference for less crowded places; holistic and wellness experiences; and innovative tourism products that consider future generations, are more aware of sustainability, and respond to the new paradigm of heightened global attention to caring for and respecting the planet and humanity (Andreu et al., 2021, p. 01).

⁴ “Wellness is related to health practices and can help recover traditional wellness methods, and reduce the mental health epidemic. Wellness also plays a role in protecting natural and cultural assets, supporting environmental protection and promoting sustainable tourism” Andreu et al., 2021, p.4).

eletrônicas de dados: Scopus e Periódicos Capes. Os descritores utilizados nas bases nacionais foram “área protegida”, “unidade de conservação”, “parque”, “parque urbano”, “parque nacional”, “parque natural”, acompanhados necessariamente dos termos “visitação”, “benefícios”, “saúde”, “bem-estar”. Nas bases internacionais utilizaram-se os termos: “protected areas”, “park”, “urban park”, “non-urban park”, “native park” acompanhados necessariamente dos termos “visitation”, “benefits”, “health”, “well-being”. O levantamento inicial resultou na seleção 96 textos, conforme a tabela 1., a seguir:

Tabela 1 - Resultado do levantamento de artigos em periódicos sobre visitação em parques, saúde e bem-estar

Base de Dados	Levantamento Inicial	Textos Selecionados
Scopus (Elsevier)	62	37
Periódicos Capes	34	18
Total	96	55

Fonte: os autores.

Em seguida, procedeu-se a leitura e análise de títulos, resumos e *abstracts* para o reconhecimento de textos que efetivamente tratassem da relação entre a visitação de parques e benefícios diretamente vinculados à saúde e bem-estar. Os textos selecionados abordam pelo menos uma das dimensões de bem-estar propostas por conforme Maller et al. (2008) e Lemieux et al. (2012). Após essa etapa, finalmente foram identificados 55 trabalhos que buscam especificamente compreender as contribuições dos parques urbanos e não urbanos para a saúde e bem-estar. Os resultados alcançados permitiram compreender os enfoques dos estudos sobre tal temática em termos de tipologia dos parques estudados – urbanos e não urbanos –, métodos de investigação adotados e benefícios mais comumente associados aos parques urbanos e não urbanos à saúde e ao bem-estar humano.

3 CONCEITOS BALIZADORES AO DEBATE SOBRE PARQUES, SAÚDE E BEM-ESTAR

De forma geral, os estudos dedicados à compreensão dos benefícios de áreas verdes ao bem-estar humano adotam uma interpretação ampla de saúde, inspirada na proposição conceitual da Carta de Ottawa: “um recurso para a vida cotidiana, que nos permite administrar, enfrentar e até mesmo mudar nossos ambientes (tradução livre)”⁵ (Ottawa Charter for Health Promotion, 1986). Muito mais que a simples ausência de doença ou enfermidade, o conceito de saúde envolve, portanto, o estado de completo bem-estar físico, mental e social (Terraube et al. 2017; Lemieux et al. 2016; Romagosa et al., 2015; Silva, 2014; Koss & Kingsley, 2010). Na mesma direção, existe um entendimento também abrangente sobre o conceito de bem-estar, definido como “um estado de envolvimento bem-sucedido, satisfatório e produtivo com a própria vida e a realização de todo o potencial físico, cognitivo e socioemocional de alguém (tradução livre)”⁶ (Romagosa et al., 2015, p. 71), o que sugere considerar, na visão desses autores, sua interdependência com a concepção de saúde supracitada, numa perspectiva na qual “bem-estar não é um estado passivo, mas sim um exercício ativo associado a intenções, opções e ações à medida que as pessoas trabalham para um estado ideal de saúde e bem-estar (tradução livre)”⁷ (Andreu et al., , 2021, p. 03). Já quando considerada a relação turismo, saúde e bem-estar, a OMT interpreta o turismo de saúde como aquele cuja principal motivação é a busca pela saúde física, mental ou espiritual através de atividades médicas e de bem-estar (tradução livre)⁸ (World Tourism Organization and European Travel Commission, 2018). Para Pessot et al. (2021, p. 01),

O turismo de saúde (HT) é um ramo do turismo geral que prevê viagens de turistas com o objetivo de receber tratamentos de cura específicos ou melhorar seu bem-estar mental, físico ou espiritual. As viagens para a saúde podem incluir elementos gratificantes de beleza, indulgência e regeneração, e elementos mais exigentes, como atividades estimulantes e esportes (tradução livre)

Diante dessas interpretações, Silva (2014) e Koss & Kingsley (2010) chamam a atenção para a complexidade em se mensurarem os fatores relacionados à saúde e ao bem-estar, justamente por exigirem que se considerem as percepções de cada sujeito, suas experiências vividas, hábitos cotidianos e, ainda, as características do seu ambiente natural, social e econômico. Para Campos & Castro (2020, p. 107), a qualidade ambiental de onde uma

⁵ “A resource for every day living, which allows us to manage, to cope with and even change our environments” (Ottawa Charter for Health Promotion, 1986).

⁶ “A state of successful, satisfying, and productive engagement with one's life and the realization of one's full physical, cognitive, and social-emotional potential (Romagosa et al., 2015, p. 71).

⁷ wellness is not a passive state, but instead, an active exercise associated with intentions, options, and actions as people work towards an optimum state of health and wellness (Andreu et al., 2021, p. 03).

⁸ Health tourism encompasses tourism undertaken, with the main motivation being to contribute to physical, mental or spiritual health through medical and wellness activities (World Tourism Organization and European Travel Commission, 2018).

população urbana reside e interage entre si e com o meio tem implicações para o processo saúde-doença e para a qualidade de vida, de maneira individual ou coletiva, no que tange aos aspectos físicos, mentais e sociais. Nessa direção, um ecossistema saudável está diretamente ligado ao bem-estar humano, reunindo um conjunto de serviços ecossistêmicos prestados à sociedade e ao planeta.

=Essa temática ganha destaque nas últimas duas décadas, sobretudo a partir do programa de pesquisas denominado Avaliação Ecossistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment – MEA), elaborado em 2005 pelo World Resources Institute (Washington, DC.) e com apoio da ONU. Esse modelo reúne e classifica os diferentes serviços que um dado ecossistema fornece: serviços de provisão (como comida, água, madeira e produtos não florestais); serviços de regulação (que atenuam impactos relacionados ao clima, escorregamentos/erosão, inundações, doenças, resíduos e qualidade da água); serviços de apoio (como a formação de solos, fotossíntese e ciclagem de nutrientes) e serviços culturais (lazer, recreação, contemplação, espiritualidade, saúde, educação ambiental, beleza estética), esses últimos, estão mais diretamente relacionados aos objetivos da presente investigação.

Com o crescimento das cidades e adensamento populacional presenciados a partir da segunda metade do século XX, as áreas verdes⁹ tiveram seu papel redimensionado no âmbito da estrutura urbana, reconhecidas pelo seu potencial para a provisão de serviços ecossistêmicos diversos, sendo determinantes para a promoção da qualidade de vida nas cidades. Para Loboda & De Angelis (2005, p. 131):

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem-estar, pois influenciam diretamente a saúde física e mental da população. Além daqueles espaços criados à luz da arquitetura, recentemente a percepção ambiental ganha *status* e passa a ser materializada na produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, essas áreas tornam-se atenuantes da paisagem urbana.

Cumprir mencionar que a literatura especializada reúne diferentes interpretações conceituais e classificações técnicas sobre as tipologias de áreas verdes urbanas¹⁰, que abrangem jardins, praças e parques de bairro, áreas de uso especial como jardins zoológicos e botânicos, parques urbanos, hortos florestais, entre outras. No caso deste trabalho, o enfoque será concedido aos parques urbanos, interpretados como áreas verdes com presença de vegetação arbórea, desempenhando funções ecológicas, estéticas, recreacionais e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos (Silva & Pasqualetto, 2013; Serpa, 2007; Pereira Lima, 1994 apud Loboda & De Angelis, 2005). Para Macedo & Sakata (2010 apud Graça & Telles, 2020, p. 743), parque urbano é todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura constituída em seu entorno. Sendo assim, além de sua morfologia, tipos de uso e funções, fica obrigada a presença de vegetação arbórea, pois a massa vegetal e seus efeitos positivos no meio urbano é que diferenciam o parque dos outros tipos de áreas verdes, como as praças e jardins.

Como mencionado anteriormente, não se pode desconsiderar que a origem dos parques urbanos está diretamente vinculada à criação dos jardins, em especial, dos jardins públicos, espaços de uso coletivo que ganharam importância no desenho das cidades industriais europeias e, também, americanas, diante do acelerado processo de urbanização, que significava, em grande medida, no comprometimento das condições de vida das populações urbanas. No dizer de Gomes (2013), os parques expressam de modo “combinado” e “conflitante” o imaginário dos habitantes da cidade. “Combinado porque une, agrega os aspectos da vida no campo, do mundo natural ao modo

⁹ Segundo Loboda & De Angelis (2005), as origens e histórico das áreas verdes nos centros urbanos estão diretamente vinculadas ao surgimento dos jardins, que reuniam significações espirituais e religiosas (na China antiga e Japão), culturais e políticas, como na Grécia e Roma, quando os jardins passaram a assumir funções públicas, enquanto espaços livres, abertos e de encontro da comunidade. No período do Renascimento, os jardins passaram a receber refinamentos estéticos e um valor artístico (França e Itália). Mas foram os jardins franceses, geralmente maiores em extensão, que influenciaram o surgimento das áreas verdes como praças e parques abertos à população. E coube aos ingleses o pioneirismo na idealização e criação dos primeiros parques públicos como hoje os conhecemos. Assim, no interior das cidades ocidentais, a partir da Idade Moderna, aparece a invenção do Jardim Público (Panzini, 2013), quando as áreas verdes passaram a representar um marco importante, sendo o termo ‘jardim público’ ‘cunhado quando os guias de viajantes e os tratados começaram a utilizá-lo para indicar alguns jardins urbanos particulares, destinado a um uso relativamente coletivo. O jardim público provinha de uma amálgama entre espaços verdes e construção urbana” (Panzini, 2013, p. 475).

¹⁰ Áreas verdes são definidas como os espaços, onde há o predomínio de vegetação arbórea, incluindo as praças, os jardins públicos e os parques urbanos, além dos canteiros centrais e trevos de vias públicas (Resolução CONAMA No 369/2006). Já as áreas verdes de domínio público, conforme art. 8o, § 1º dessa Resolução, contemplam “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

de vida do homem urbano; conflitante porque, à medida que une, nega o rural, as relações de trabalho no campo e da natureza selvagem” (Gomes, 2013, p. 64). Quer dizer, ao mesmo tempo em que o imaginário do homem urbano necessitava de ambientes “naturais” ele não queria mais a vida “atrasada” do campo (Pacheco & Raimundo, 2015)

Assim, a criação de áreas verdes como os jardins e parques recebeu centralidade nas políticas higienistas e de planejamento urbano, ao cumprir funções utilitaristas de lazer, recreação e restauração¹¹. No caso dos parques urbanos, Scalise (2002 apud Silva & Pasqualetto, 2013, p. 288) ressalta que,

no final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como um fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos – o Park Movement liderado por Frederick Law Olmsted e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston. No século XIX surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais.

No Brasil, com a intensificação do processo de urbanização a partir dos anos 1950, as áreas verdes e parques urbanos ganharam relevância, quando se afirmou “a tendência do neo paisagismo no plano de parques, valorizando características cênicas das áreas verdes, com ambientes agradáveis variados, capazes de despertar o interesse e a fantasia dos usuários” (Friedrich, 2007, p.42). Posteriormente, os parques adquiriram novas funções no âmbito dos processos de reestruturação urbana conduzidos pelo Estado e em parceria com a iniciativa privada. Com o movimento de requalificação de áreas degradadas e marginais, que acarretou a expulsão de classes menos favorecidas para locais de baixa valorização comercial, os parques passaram a constituir instrumentos estratégicos de valorização do mercado de terras urbanas (Raimundo & Sarti, 2016). Nessa linha,

É notório o aprofundamento da aplicação de conceitos neoliberais na gestão destes espaços como em nenhum outro lugar do mundo capitalista, dada à sanha de uso privatista que se observa recair recentemente sobre os ativos públicos do país. Tratou-se de entender como estes espaços que deveriam ter um “valor de uso” passam a ser considerados importantes veículos para a ampliação dos “valores de troca”. Os parques que indiretamente geravam “valor” pelos processos de especulação imobiliária e segregação socioespacial passam agora a gerar “valor” diretamente, geridos por empresas privadas [no processo de concessão de usos e serviços]. Ainda que não tarifem diretamente o acesso, estas empresas transformam o espaço público em uma “catedral das mercadorias” (Padilha, 2006) a céu aberto. Essa mercantilização também afeta as possibilidades de uma “vida com qualidade” no âmbito de uma cidade, especialmente quando tratamos de “atividades de tempo livre” (Raimundo & Pacheco, 2021, p. 153).

O debate sobre parques urbanos passa a incorporar novos temas de reflexão, como os serviços ecossistêmicos prestados, o papel desempenhado no desenho do espaço urbano, na promoção de qualidade de vida e bem-estar das populações, no resgate da cidade democrática contemporânea (Abrahão, 2008), na formação de uma cidadania ambiental (Loureiro & Cunha, 2008) e, ainda, enquanto lugares de encontro e de exercício de alteridade:

Na atualidade, é necessário entender o espaço público enquanto possibilidade de afirmação da individualidade e o exercício de alteridade, sob a perspectiva da cidade em movimento, onde parques, agora, são componentes de um sistema articulador de toda a vegetação urbana, campo para a ampliação da cidadania e não mais isolado objeto utilitário, representando, assim, pontos de encontro, onde a interculturalidade pode se expressar (...). Mas não é uma tarefa simples nem dada, mas conquistada cotidianamente (Raimundo & Sarti, 2016, p. 11).

Nesse sentido, enquanto espaços públicos apropriados socialmente, os parques representam um elemento central no âmbito do processo de (re)produção do espaço urbano, expressando a diversidade, as desigualdades e conflitos aí existentes. Em muitas cidades em desenvolvimento, ocupações urbanas sem planejamento resultam em desigualdade social, e também na chamada “desigualdade espacial”, que é caracterizada pelo fato de que apenas parte da população tem acesso a espaços privilegiados, entre eles os espaços verdes (Leichenko & Solecki, 2008 apud Zardin et al., 2017). A questão da disponibilidade e distribuição dos parques no espaço urbano ganha centralidade, já que muitos moradores não possuem condições de realizar viagens para parques naturais e outras tipologias de áreas verdes localizados fora das cidades: “se o acesso a locais de recreação estiver tipicamente vinculado à participação social, os parques naturais locais podem desempenhar um papel na conexão de

¹¹ Um olhar aprofundado sobre as origens dos parques urbanos, sua multifuncionalidade e características assumidas no tecido urbano é trabalhado por Silva & Pasqualetto (2013) e Raimundo & Sarti (2016).

comunidades urbanas de baixa renda com recreação baseada na natureza e seus muitos benefícios”¹² (Baur & Tynon, 2010, p. 198).

Além dos parques urbanos, neste estudo também serão considerados os parques não urbanos e suas contribuições à saúde e bem-estar de visitantes (notadamente para os residentes em centros urbanos) e de populações residentes em seu entorno direto. Neste trabalho, os parques naturais (não urbanos) abrangem áreas protegidas situadas em zonas rurais e que correspondem à categoria II da IUCN, de Parque Nacional, envolvendo áreas protegidas de grande extensão, de caráter natural ou pouco modificado, que são separadas para a proteção em larga de escala de processos ecológicos, complementada pela proteção de espécies e ecossistemas característicos da área, e que também proporcionam condições para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitação, que sejam ambientalmente e culturalmente compatíveis (Dudley, 2008). No caso das áreas protegidas brasileiras, adota-se o artigo 11º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000), que define Parque Nacional como unidades de conservação de proteção integral, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. No âmbito do SNUC, a definição de Parque Nacional possui correspondência e rebatimento nas esferas estaduais – Parque Estadual – e municipais – Parque Natural Municipal.

Geralmente situados nas áreas rurais ou onde a fronteira agrícola não chegou ainda, a origem e mesmo os elementos que conformam e condicionam os territórios dos parques naturais possuem vinculação direta com as cidades e com o modo de vida urbano, como salientam Sancho e Deus (2015). Inspirados no fenômeno da urbanização extensiva (Mont-Mór, 2006), movimento que retrata a extensão das condições e modos de vida urbanos para além das cidades, os autores chamam a atenção para os novos significados assumidos pelos parques localizados nas áreas rurais, que passam a integrar a zona simbólica ampliada das metrópoles (Chambers, 1990; Soja, 2008), desempenhando novos papéis: reservas energéticas, laboratórios de pesquisa e de educação ambiental, e também, estratégia para garantia de qualidade ambiental nos ambientes urbanos (fornecimento de água, espaços verdes, qualidade do ar, entre outros). O retorno às origens e a necessidade de contato com a natureza e com o mundo selvagem (Diegues, 1994) – justificativas do movimento inicial de criação de áreas protegidas no mundo ocidental (Medeiros, 2003; Diegues, 1994) – são novamente valorizados diante do caos instalado nas cidades, ao passo que a visita aos parques representam uma possibilidade de redução de estresse, descanso, lazer, recreação, cura, reconexão, prática de esportes, contemplação paisagística (Sancho-Pivoto et al., 2020; Raimundo & Sarti, 2016)

Nesse contexto, McCormik (1992) aponta que a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos esteve associada a esse movimento de valorização da natureza, pois as cidades em industrialização e urbanização crescentes não podiam mais oferecer ambientes naturais adequados. E, mais que isso, nos EUA a criação desses parques obedeceu a uma visão da sociedade urbana, cujo objetivo era oferecer locais nos quais o cidadão pudesse de tempos em tempos admirar e reverenciar a natureza (Diegues, 1998). Os parques constituíram-se em elementos de identidade do povo estadunidense, à medida que era fator de diferenciação desta nação em relação aos países europeus, estes com suas paisagens há muito humanizadas. A natureza foi usada como símbolo de identidade também na América do Sul. Alexander Von Humboldt se transformou num dos maiores pesquisadores do Século XIX, por seus trabalhos inovadores sobre a natureza na América do Sul. Segundo Wulf (2016), Simon Bolívar, o grande libertador das Américas, usava em seus discursos os trabalhos de Humboldt sobre a natureza imponente da América do Sul, conclamando os *criollos*, trabalhadores livres dos Llanos e os escravos para se juntarem na revolução independentista.

Para Romagosa (2018, p. 20), estudos científicos internacionais publicados nos últimos anos indicam que os espaços naturais em geral e as áreas protegidas em particular oferecem um cenário ideal para a promoção da saúde e a criação de bem-estar para as populações que vivem em seu entorno. Contudo, Romagosa et al. (2015) ressaltam que mesmo que se reconheça essa importância assumida pelas áreas verdes como os parques na contemporaneidade, é possível encontrar diferenças entre os benefícios à saúde humana e ao bem-estar normalmente percebidos em parques urbanos e não urbanos. Para esses autores, as áreas naturais protegidas como os parques nacionais e estaduais, situados fora das cidades, fornecem mais tipos de benefícios, proporcionando bem-estar ambiental (por concentrarem altos índices de biodiversidade e serviços ecossistêmicos

¹² “If convenient access to recreation sites is typically associated with participation, then local natural parks may play a role in connecting low-income urban communities to nature-based recreation and its many benefits” (Baur & Tynon, 2010, p. 198).

associados), ecológico (para experimentar, conhecer o ambiente natural, desenvolver cidadania ecológica e estabelecer vínculos com o lugar), físico, psicológico, social e espiritual. Já os parques urbanos, apesar de terem como atributo chave a boa acessibilidade e provisão de infraestrutura e instalações, acabam concentrando suas contribuições ao bem-estar físico e social.

Mas, seria possível afirmar que os estudos acerca dessa temática expressam tal constatação de Romagosa et al. (2015)? O presente trabalho busca, justamente, realizar uma investigação sobre o estado da arte das pesquisas que versam sobre a relação parques, saúde e bem-estar, procurando melhor entender tal temática de estudo, reconhecer os benefícios mais comumente associados aos parques urbanos e não urbanos, revelar as lacunas e avanços dos estudos, bem como os desafios que se apresentam ao efetivo aproveitamento do potencial dos parques para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida das sociedades.

4 RESULTADOS

Uma aproximação dos estudos que versam sobre a relação parques, saúde e bem-estar evidenciou a existência de um enfoque nos parques localizados nos centros urbanos, que confirma os resultados obtidos por Romanillos et al. (2018), que afirmam que “a maioria dos estudos que abordam a relação entre a saúde e o ambiente natural é realizada sob a ótica das áreas verdes urbanas e poucas são as investigações que estudam o papel das áreas naturais protegidas (tradução livre)¹³ (p. 02). No levantamento realizado, que considerou textos publicados em periódicos brasileiros e internacionais a partir de 2010, foi possível identificar 38 trabalhos que buscam especificamente compreender as contribuições dos parques urbanos para a saúde e bem-estar das populações residentes em cidades. Já no caso dos parques naturais (não urbanos), foram identificados 17 trabalhos, sendo apenas um deles realizado no Brasil.

Diante desse cenário, foi direcionado um olhar específico para cada uma das categorias de áreas protegidas aqui considerada: parques urbanos e parques não urbanos. Buscou-se, nesse sentido, melhor compreender como os estudos foram realizados em cada caso em termos de métodos de investigação adotados e benefícios mais comumente investigados e percebidos nas pesquisas com visitantes.

4.1 Parques urbanos

Conforme mencionado, foram reconhecidas 38 publicações científicas relacionadas aos parques urbanos e suas contribuições para a promoção da saúde e bem-estar de moradores citadinos. Desse total, 09 trabalhos¹⁴ apresentaram estudos essencialmente teóricos sobre a temática em questão, realizados por pesquisadores americanos (3), canadenses (1), portugueses (1) e brasileiros (4). Já as pesquisas que envolveram pesquisas de campo foram em maior número (29 trabalhos), distribuídas em diferentes continentes: 6 trabalhos na Europa (Reino Unido, Lituânia, Itália, Alemanha, Irlanda e Portugal), 3 trabalhos na América do Norte (EUA), 2 na Oceania (Austrália), 02 trabalhos na Ásia (China e Japão) e 16 na América do Sul, sendo um trabalho na Colômbia e 15 no Brasil (concentrados nas regiões Sudeste [8], Norte [3], Sul [3] e Centro-Oeste [1]). Tal resultado evidencia que a temática parques urbanos, saúde e bem-estar vem ganhando relevância em diferentes centros de investigação nos últimos anos, uma vez que Romagosa et al. (2015) afirmaram, em 2015, que a maior parte das pesquisas nessa direção estavam então concentradas na América do Norte.

Em relação aos métodos de investigação adotados, a maior parte dos trabalhos utilizou metodologias mistas qualitativas e quantitativas¹⁵ (18), seguidos por procedimento quantitativos¹⁶ (08) e qualitativos¹⁷ (06) de coleta, tabulação e análise de dados. A maioria desses envolveu a realização de entrevistas durante a experiência de visitação aos parques (43%), seguidos por entrevistas realizadas após a visitação (21%) e antes da visitação (7%). Alguns estudos contemplaram ainda a realização de entrevistas antes e após a visita (7%), com o intuito de apreender motivações prévias e benefícios percebidos com a visitação em parques urbanos. Apenas um estudo,

¹³ “The majority of studies that approach the relationship between health, and the natural environment are conducted from the perspective of urban green areas and there are few investigations that study the role of protected natural areas (Protected Natural Areas)” Romanillos et al. (2018, p. 02)

¹⁴ McCormack et al. (2010); Baur & Tynon (2010); Perehouskei & Angelis (2012); Szeremeta & Zannin (2013); Raimundo & Sarti (2016); Arana & Xavier (2017); Kondo et al. (2018); Wolf et al. (2015); Tendais & Ribeiro (2020).

¹⁵ Perehouskei et al. (2011); Lin et al. (2013); Tsunetsugu et al. (2013); Carrus et al. (2015); Wang et al. (2015); Scopelliti et al. (2016); Arana & Xavier (2016); Zardin et al. (2017); Liu et al. (2017); Fischer et al. (2018); Araújo & Barreto (2020); Carvalho & Gosling (2020); Graça & Telles (2020); Grilli et al. (2020); Lev et al. (2020).

¹⁶ Reklaitiene et al. (2014); Sturm & Cohen (2014); Jiang et al. (2016); Londe & Mendes (2016); Pierone et al. (2016); Xavier et al. (2018); Soares et al. (2019); Enssle & Kabisch (2020)

¹⁷ Irvine et al. (2013); Silva (2014); Viana et al. (2014); Sousa et al. (2015); Santana et al. (2016); Fernandes & Higuchi (2017).

realizado por Xavier et al. (2018), adotou o método de observação, sem a abordagem direta dos visitantes nos parques, que foram analisados durante o período de realização de atividades físicas.

Cumprir mencionar que 21% das publicações que contemplaram entrevistas de campo direcionaram o olhar específico para moradores das cidades (sem experiência de visitação associada), de modo a reconhecer seus hábitos, preferências e opiniões sobre os parques urbanos, em termos de frequência de visitação, avaliação de infraestrutura, motivações, disponibilidade e distância dessas áreas verdes de suas residências, bem como, benefícios potencialmente projetados à saúde e bem-estar. Por fim, o trabalho de Jiang et al. (2016) foi o único que se pautou em uma base de dados secundária dos EUA (Protected Areas Database of the United States-PAD-US, version 1.3; NAVSTREETS e ATTAINSGEO 305)¹⁸ para investigar a relação entre a proximidade de parques e a prática de atividades físicas.

De modo geral, todos os trabalhos considerados neste levantamento fazem menção à intensificação do processo de urbanização vivenciado pelas diferentes sociedades mundiais e suas consequências diretas para os ambientes das cidades e para a qualidade de vida de seus moradores, entre elas: poluição atmosférica, visual e sonora, formação de ilhas de calor, inundações e enchentes, congestionamentos, desigualdades socioespaciais em termos de acesso a moradias, áreas verdes e serviços públicos diversos e aumento de doenças associadas ao modo de vida urbano, como problemas respiratórios, sedentarismo, obesidade, doenças cardiovasculares, estresse, entre outras (Graça & Telles, 2020; Fischer et al., 2018; Campos & Castro, 2017; Irvine et al., 2013; Lin et al., 2013). Para Liu et al. (2017), o incremento da urbanização acarretou também na diminuição da quantidade e qualidade de áreas verdes nas cidades, levando a um comprometimento das experiências de contato com a natureza das populações e de seus níveis de bem-estar e saúde.

Diante dos atuais desafios que se apresentam à construção de cidades e sociedades mais sustentáveis, os parques e demais áreas verdes assumem um papel estratégico em virtude, justamente, da multiplicidade de serviços ecossistêmicos prestados. Ao mesmo tempo, possuem potencial para promover uma reaproximação das pessoas às áreas naturais, ao reunir um conjunto de características que influenciam a adoção de hábitos mais ativos e saudáveis (Soares et al., 2019; Xavier et al., 2018; Zardin et al., 2017; Pierone et al., 2016; Wang et al., 2015; Wolf et al., 2015; Bargas & Matias, 2011; MacCormack et al., 2010). Para Santana et al. (2016), os parques têm estrutura adequada para desenvolver ações que contribuam para promoção da saúde da população e melhora na qualidade de vida. E, devido à relevância em termos de biodiversidade, muitas pessoas se sentem motivadas a visitar e se exercitar nesses espaços, por isso a importância de estudos nessa área para destacar um melhor aproveitamento e a presença de políticas públicas voltadas para a sua manutenção.

Os resultados dos estudos sobre as contribuições dos parques urbanos para a saúde e bem-estar apresentam certo consenso em relação ao papel fundamental das áreas verdes, principalmente vinculados ao bem-estar físico, psicológico e social dos moradores das cidades. Todos os trabalhos considerados nesta investigação constataram que a condição ambiental associada à existência de parques urbanos é um importante indicador de qualidade de vida pelo fato de poder influenciar um comportamento fisicamente ativo, incentivando a prática de atividades físicas e de esportes em contato com a natureza (Lev et al., 2020; Graça & Telles, 2020; Araújo & Barreto, 2020; Carvalho & Gosling, 2019; Wolf et al., 2015; Soares et al., 2019; Xavier et al., 2018; Fischer et al., 2018; Fernandes & Higuchi, 2017; Zardin et al., 2017; Scopelliti et al., 2016; Londe & Mendes, 2016; Jiang et al., 2016; Silva & Nogueira, 2014; Viana et al., 2014; McCormack, 2010). Os parques são, nessa direção, interpretados como verdadeiras “academias ao ar livre” (Szeremeta & Zannin, 2013; Pehouskei et al., 2011). Para Arana e Xavier (2017), os parques influenciam positivamente a autopercepção de saúde do indivíduo e incentivam a prática de atividades físicas, pois fornecem locais propícios para que as pessoas caminhem ou corram e, muitas vezes, possuem instalações específicas para esportes, exercícios e outras atividades, oferecendo a oportunidade de incluir atividades físicas nos momentos de lazer de forma gratuita.

Alguns estudos verificaram também que o contato com a natureza e a prática regular de exercícios físicos são fatores determinantes para a prevenção (Pierone et al., 2016; Pehouskei & Angelis, 2012) e recuperação/tratamento de doenças, já que a visita aos parques propicia efeitos regenerativos, descanso da mente, diminuição de estresse, aumento da disposição, melhora do sono, do humor e do trabalho (Graça & Telles, 2020; Wolf et al., 2015; Liu et al., 2017; Pierone et al., 2016; Silva & Nogueira, 2014; Irvine et al., 2013;

¹⁸ O PAD-US é um inventário de áreas protegidas marinhas e terrestres dedicadas à preservação da diversidade biológica e outros usos naturais, recreativos e culturais, incluindo "Aberto" (sem requisitos especiais para acesso público) e "Restrito" (uma licença é necessária para acesso) (PAD-US 2012). NAVSTREETS contém recursos recreativos, como parques nacionais, estaduais e municipais, bem como parques aquáticos. Por último, usamos ATTAINSGEO 305 (b) Águas avaliadas por usos avaliados para identificar a extensão espacial de recursos hídricos recreativos listados na Seção 305(b) do Clean Water Act" (Jiang et al. (2016, p. 2).

Perehouskei et al., 2011; Baur & Tyron, 2010), aspectos que reforçam a importância da criação e da manutenção dessas áreas verdes urbanas.

Outra dimensão de bem-estar muito valorizada pelos visitantes de parques urbanos é a psicológica. Grande parte das pesquisas indicou que ambientes mais tranquilos, esteticamente agradáveis e salubres, que reúnem espécies de fauna e flora e fragmentos de vegetação nativa, possuem um caráter restaurador e renovador, visto como um atributo ambiental capaz de devolver a capacidade cognitiva e funcional para minimizar a vida estressante da cidade, envolvendo sentimentos que expressam a ideia de fuga da rotina, alívio, contemplação, tranquilidade e calma (Baur & Tynon, 2010; Perehouskei e Angelis, 2012; Irvine et al., 2013; Tsunetsugua et al., 2013; Silva & Nogueira, 2014; Viana et al., 2014; Sousa et al., 2015; Scopelliti et al., 2016; Londe & Mendes, 2016; Santana, 2016; Fernandes & Higuchi, 2017; Soares et al., 2019; Graça & Telles, 2020;). Alguns estudos apontaram ainda a relação entre a prática de exercícios físicos (Lev et al., 2020; Liu et al., 2017; Sturm & Cohen, 2014) e momentos de lazer, recreação e relaxamento (Sousa et al., 2015; Fischer et al., 2018; Soares et al., 2019; Wolf et al., 2015) com benefícios positivos à saúde mental, responsáveis por gerar sentimentos e emoções positivas (Irvine et al., 2013; Fernandes & Higuchi, 2017; Zardin et al. 2017). Cumpre também mencionar que uma publicação recente alertou sobre o acirramento de problemas de ordem psicológica e comprometimento do bem-estar sobretudo para populações de centros urbanos, diante das ações de isolamento e confinamento social adotadas em muitos países para conter os efeitos da pandemia ocasionada pela COVID-19. O contato com áreas verdes como os parques foi interpretado, nesse contexto, como uma alternativa para minimizar as situações de estresse e proporcionar oportunidades de relaxamento, promovendo a resiliência urbana (Tendais & Ribeiro, 2020).

Esse debate possui relação direta com os benefícios de ordem social, também muito valorizados nos estudos sobre parques urbanos, justamente pelo fato de constituírem espaços de encontro, de sociabilidade, oportunizando momentos em família e entre amigos (Graça & Telles, 2020; Londe & Mendes, 2016; Santana et al., 2016; Silva & Nogueira, 2014; Irvine et al., 2013; Viana et al., 2014; Pierone et al., 2016) e, também, possibilitando o conhecimento de novas pessoas e o estabelecimento de novas amizades (Zardin et al., 2017). Para Fernandes & Higuchi (2017), por exemplo, 28% dos frequentadores do Parque do Mindu, em Manaus (AM), enfatizaram a perspectiva relacional associada à visita. Já o estudo realizado por Lev et al. (2020) apontou que, em Chicago, nos Estados Unidos, bairros com mais áreas verdes são mais propensos ao desenvolvimento de atividades sociais coletivas em comparação a vizinhanças sem esses espaços, constituindo-se em um forte elemento de promoção de coesão social. Na mesma direção, a pesquisa conduzida por Baur & Tynon (2010) também reconheceu o potencial dos parques para promover o senso de conexão entre vizinhos, sentimentos de pertencimento comunitário e engajamento em causas coletivas locais, temas inovadores que, segundo os autores, precisam ser melhor investigados em futuras pesquisas. Nessa linha, os parques podem ser considerados com um *Comum*, no dizer de Dardot & Laval (2017), para os quais os elementos da natureza e construído pela sociedade, que são vistos como de importância coletiva, comunitária, merecem ser defendidos por uma ação política dos grupos que os reivindicam. Os parques e demais áreas verdes devem ser pensados como esses espaços do Comum, devido a todas essas funções aqui destacadas e que merecem ser defendidos pelas coletividades, por essas conexões de vizinhos e da comunidade.

Já as dimensões de bem-estar ecológico/ambiental, cultural, espiritual e intelectual/laboral associadas aos parques urbanos estão ainda na periferia do debate, integrando o escopo de apenas algumas das pesquisas identificadas no levantamento em questão.

Alguns relatos de visitantes de parques urbanos demonstram, por exemplo, que essa experiência possibilita o reconhecimento do valor ecológico e ambiental dessas áreas verdes e de seu papel para as cidades e seus habitantes, despertando assim, a curiosidade e a busca de aprendizado sobre as características do ambiente natural visitado (Sousa et al., 2015) e, em alguns casos, até o estabelecimento de vínculos com o lugar (Irvine et al., 2013). Esse interesse e envolvimento, inclusive, acabam por incentivar e valorizar iniciativas e projetos de educação ambiental (Santana et al., 2016). Como consequência, alguns elementos de transformação dos indivíduos são percebidos, que passam a ter maior consciência e interesse sobre temas como preservação da biodiversidade, sustentabilidade urbana (Fernandes & Higuchi, 2017; Zardin et al., 2017), contribuindo para o reestabelecimento e o fortalecimento de uma cidadania ambiental e senso de responsabilidade social (Sousa et al., 2015).

O bem-estar espiritual, que abrange o envolvimento, a conexão e a busca de inspiração na natureza, foi tema de investigação de poucos estudos, que apontam que algumas pessoas visitam os parques urbanos por motivos

existenciais (Fernandes & Higuchi, 2017), para meditar, refletir sobre a vida, suas atitudes cotidianas, sua presença no mundo e para alcançar a paz interior (Fernandes & Higuchi, 2017; Lev et al., 2020; Santana et al., 2016; Irvine et al., 2013). Para Graça & Telles (2020), o contato com a natureza faz bem ao espírito e à mente, revitaliza a alma, nos completa e nos dá força para viver. Um trabalho realizado por Santana et al. (2016) identificou ainda que o Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, localizado em Ouro Preto (MG), é visitado para a realização de trabalhos religiosos expressando assim a vinculação entre natureza e espiritualidade.

Apenas três estudos abarcaram o tema dos benefícios intelectuais e laborais decorrentes da visitação aos parques urbanos (Graça & Telles, 2020; Lev et al., 2020; Fischer et al., 2018). Tais estudos, publicados recentemente, indicam que os entrevistados perceberam melhorias significativas na capacidade de trabalho e de concentração nos estudos e tarefas cotidianas, o que amplia o espectro de benefícios potenciais à saúde e ao bem-estar associados aos parques urbanos e, ao mesmo tempo, sugere o investimento de esforços nessa nova área de investigação.

Por fim, o estudo realizado por Santana et al. (2016) foi o único que reconheceu benefícios de ordem cultural por parte dos visitantes do Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), em Ouro Preto (MG). Segundo o gestor, o trabalho desenvolvido permite o conhecimento e/ou o resgate de parte da história da região, além de promover educação e preservação ambiental mediante a realização de projetos direcionados para a qualidade de vida.

Importante mencionar ainda que alguns estudos direcionam a atenção para os benefícios potenciais gerados pelos parques urbanos para as crianças, sobretudo em termos educacionais, lúdicos e de melhoria da saúde. Além do contato com a natureza, a visitação estimula a imaginação, a criatividade e confere a sensação de liberdade, interferindo diretamente no desenvolvimento físico das crianças, em sua capacidade de se relacionar em grupo, em aspectos da aprendizagem cognitiva e de linguagem, além de combater sintomas relacionados à ansiedade, hiperatividade, desatenção, problemas respiratórios, obesidade, entre outros (McCormack et al., 2010; Silva & Nogueira, 2014; Fischer et al., 2018; Carvalho & Gosling, 2019).

Além dessa diversidade de benefícios vinculados à existência e às experiências de visitação em parques urbanos, existe ainda uma temática singular muito recorrente nas investigações sobre essas áreas verdes urbanas: a questão da proximidade. Ao contrário dos estudos sobre parques naturais (não urbanos), tal questão adquire centralidade em praticamente todas as publicações levantadas. A proximidade da residência representa um fator determinante e uma das principais motivações da visitação aos parques urbanos (Perehouskei & Angelis, 2012; Wang et al., 2015). Em geral, os parques são mais frequentados por moradores de sua vizinhança em virtude da facilidade do deslocamento, ainda que se considere a importância desempenhada por essas áreas para a atração de moradores de regiões mais distantes e, também, turistas, mesmo que em número menos representativo (Santana et al., 2016; Silva, 2014; Zardin et al., 2017).

Em estudo realizado com visitantes do Parque Ecológico Asa Sul, em Brasília (DF), Araújo & Barreto (2020) constataram que aproximadamente 32% dos que residem dentro do raio de 2 km do parque o frequentam duas ou mais vezes na semana, 19,05% vão diariamente ao parque e 14,29% vão pelo menos uma vez na semana, resultado que corrobora com os estudos de Szeremeta e Zannin (2013), que indicam que a maior proximidade do parque em relação às residências está entre os principais determinantes para a adesão e manutenção da frequência de visitantes. Sturm & Cohen (2014), por sua vez, procuraram associar a saúde mental e distância da residência de parques urbanos, identificando que os moradores que precisam caminhar até 400 metros para chegar ao parque percebem uma melhor saúde mental em relação aqueles que residem em distâncias maiores, de maneira que o número de visitas e os minutos de atividade física estão significativa e independentemente relacionados à distância. Alguns estudos indicam ainda que o interesse, estímulo e frequência da prática de atividades físicas em parques urbanos, independente do período do ano, estão diretamente associados à localização da área verde (McCormack et al., 2010; Szeremeta & Zannin, 2013; Arana & Xavier, 2016; Arana & Xavier, 2017; Fernandes & Higuchi, 2017), influenciando, portanto, o comportamento e os hábitos dos visitantes.

Outros elementos importantes neste debate correspondem não apenas à existência, mas também à distribuição e à acessibilidade dos parques nas cidades. No caso do trabalho de Jiang et al. (2016), uma análise nacional nos EUA revelou uma forte associação negativa entre ANROA (*available natural resources for outdoor activities*/recursos naturais disponíveis para atividades ao ar livre) e taxas de inatividade física, respectivamente. Em particular, as comunidades com o ANROA mais alto têm as taxas mais baixas de inatividade física, independentemente do nível de renda. Na mesma direção, Barcellos (1999 apud Fernandes & Higuchi, 2017, p. 30) ressalta que, do ponto de vista da acessibilidade da população aos parques urbanos, mais importante que a quantidade é a distribuição

deles. Considerando que esses locais devem ter meios de acesso disponíveis e usuais pela população, tais arranjos urbanísticos e de mobilidade são relevantes para facilitar e estimular o hábito de visitas. Assim, acesso, mobilidade e os significados atribuídos a esse lugar formam um feixe importante para condicionarem o uso, a intensidade e frequência de utilização pelos diferentes segmentos sociais (Fernandes & Higuchi, 2017; Silva, 2014, Enssle & Kabisch, 2020).

Para Wang et al. (2015), o debate sobre acessibilidade das populações urbanas às áreas verdes precisa, nesse contexto, ser interpretado a partir de uma perspectiva ampla e multidimensional. Isso significa considerar, por exemplo, a distribuição de áreas verdes nas cidades considerando-se diferentes bairros e grupos populacionais. Os autores destacam que existe ainda uma maior disponibilidade de parques urbanos em bairros nobres em contraposição às áreas suburbanas, o que expressa uma questão de injustiça ambiental e desigualdades socioespaciais nos usos e processos de apropriação social. Isso ganha mais importância diante dos resultados da pesquisa desses autores, que evidencia que aqueles que visitaram espaços verdes em seu bairro diariamente tinham uma percepção do estado de saúde melhor e pareciam estar mais integrados às redes sociais do que quem quase nunca visitava os espaços verdes. Outro aspecto considerado é a necessária participação dos usuários nas iniciativas de planejamento dos parques, de forma a orientar e alinhar as ações dos gestores às reais demandas dos frequentadores.

Somadas a essas dimensões de participação social e distribuição justa de parques nos territórios das cidades, Wang et al. (2015) destacam ainda a importância da qualidade da infraestrutura dos parques urbanos. Inúmeros trabalhos, à propósito, afirmam que a quantidade e qualidade dos equipamentos e opções de atividades oferecidas pelos parques urbanos constituem uma motivação central para a visitação a essas áreas verdes. Para Wang et al. (2015), por exemplo, os parques precisam proporcionar uma sensação de segurança e um passeio agradável aos usuários. A disponibilidade e boa qualidade de infraestruturas e equipamentos, como segurança, facilidade de acesso, baixa poluição, manutenção periódicas (Londe & Mendes; 2016; Viana et al., 2014; Szeremeta & Zannin, 2013), atividades programadas, conforto, beleza, estética, equipamentos de ginástica, banheiros e estacionamento (Grilli et al., 2020; Fischer et al., 2018; Arana & Xavier, 2016; Santana et al., 2016) são interpretados como condições centrais para a prática do lazer, de atividades físicas e o convívio social, aumentando, assim, a possibilidade de frequência das pessoas e os benefícios gerados ao bem-estar e à saúde.

Carvalho & Gosling (2019), por exemplo, realizaram um trabalho cujo objetivo foi avaliar a ambiência de parques verdes urbanos públicos na cidade de Belo Horizonte, destacando quais atributos possuem maior ou menor peso psicológico na avaliação da qualidade do serviço prestado na perspectiva do usuário. De acordo com os resultados, a variável de maior peso psicológico foi “conservação e limpeza”, que envolve a disponibilidade de sanitários, ausência de lixo e presença de lixeiras, disponibilidade de quadras esportivas e bebedouros. Segundo os autores, quanto melhor a estrutura do parque, melhor a percepção de benefícios à saúde e bem-estar. Na direção contrária, condições ruins como poluição, presença de lixo, vandalismo e manutenção ineficiente implicam em baixo uso, o que reflete no nível de qualidade de vida, saúde e bem-estar percebidos (Santana et al., 2016; Szeremeta & Zannin, 2013; McCormack et al., 2010).

Além da infraestrutura física e de boas condições para subsidiar a visitação, dois estudos apontam para a importância da qualidade da biodiversidade existente nos parques urbanos como fator decisivo nas experiências de contato com a natureza e na percepção de benefícios. Lev et al. (2020) realizaram um estudo com visitantes do Discovery Park, em Seattle (Washington) e descobriram que o alto grau de preservação e a riqueza da biodiversidade em seu estado mais “selvagem” (“*park’s relative wildness*”) foi fundamental para garantir uma experiência especialmente significativa com a natureza (95% dos visitantes) e para proporcionar melhorias no estado mental e psicológico (felicidade, relaxamento, paz, serenidade) de 96% dos entrevistados. Corroborando com tais resultados, Carrus et al. (2015) também evidenciam que experiências em áreas ricas em biodiversidade tendem a ter melhores benefícios de restauração psicológica. A pesquisa, que comparou parques urbanos e periurbanos e seu potencial efeito restaurador, indicou que os parques periurbanos são aqueles que possuem maiores níveis de biodiversidade e, por consequência, proporcionam maiores benefícios aos visitantes. Contudo, diante da distância dessas áreas dos centros urbanos e das dificuldades inerentes à visitação periódica, a presença de parques urbanos com riqueza em biodiversidade passa a assumir uma importância ainda maior para os moradores das cidades, o que sugere investimentos nessa direção. Para os autores, “assumindo que os indivíduos que vivenciam os espaços verdes urbanos são mais privados da natureza e possuem maiores necessidades de restauração, consideramos que a biodiversidade passa a ser um fator mais crucial neste caso, de modo que os

residentes urbanos tenham maior probabilidade de obter resultados positivos em espaços verdes urbanos mais naturais” (Carrus et al., 2015, p. 223).

Por fim, cumpre ainda mencionar que alguns estudos consideram que a disponibilidade, acessibilidade e condições ambientais e estruturais não garantem, por si só, um efetivo aproveitamento do potencial dos parques urbanos para a promoção de melhoria de qualidade de vida, saúde e bem-estar das populações. Para Arana & Xavier (2017) e Pehouskei et al. (2011), a utilização dos parques está relacionada também às preferências individuais, propósitos de vida, orientação, hábitos e o quanto as pessoas valorizam e buscam se apropriar dessas áreas verdes urbanas. Em muitos casos, a população tem consciência da importância do contato com o verde para a prevenção da saúde, acreditam no bem-estar e qualidade de vida proporcionados pelos parques, mas afirmam não possuir tempo ou se dedicam pouco às atividades de recreação e lazer nessas áreas, por se considerarem pessoas caseiras, que trabalham, estudam ou dispensam seu tempo para cuidar dos familiares (Pehouskei et al., 2011). Em pesquisa realizada com moradores de Brisbane, Austrália, Lin et al. (2013), por exemplo, constataram que os moradores urbanos são motivados a usar o espaço do parque principalmente por sua orientação em relação à natureza, e menos pela oportunidade de acessar parques e espaços verdes próximos às suas residências.

A orientação para a natureza também foi significativamente correlacionada com a distância total percorrida até os parques e o tempo gasto em parques, indicando que as pessoas com forte orientação para a natureza viajam mais longe e com mais frequência para passar o tempo em áreas verdes. “Esta descoberta é importante para os planejadores de espaços verdes urbanos, pois sugere que um grupo significativo de pessoas pode não usar os espaços verdes locais, mesmo que esses espaços estejam disponíveis nas proximidades de suas residências” (p. 05). Isso sugere que as medidas para despertar o interesse das pessoas em visitar os parques e em se conectar com a natureza podem ser mais relevantes do que apenas o investimento na criação e disponibilização de áreas verdes urbanas. Ganha importância, nesse contexto, as pesquisas que buscam, justamente, revelar os diversos benefícios dos parques à saúde e bem-estar, já que podem subsidiar ações de encorajamento dos moradores das cidades em tornar a visita e uso dos parques urbanos um hábito cotidiano em suas vidas.

4.2 Parques não urbanos

Como já mencionado, foi possível reconhecer que são ainda incipientes os estudos que buscam investigar a relação dos parques naturais (não urbanos) com a saúde e bem-estar. Dos 17 trabalhos encontrados, a maioria está concentrada em países da Europa (08 trabalhos), América do Norte (03 trabalhos), África (03 trabalhos) e Oceania (02 trabalhos). No Brasil, foi identificado apenas um trabalho com esse enfoque, realizado com visitantes do Parque Nacional da Serra do Itabaiana, no Sergipe.

Na maior parte dos estudos (13), são adotados conjuntamente métodos qualitativos e quantitativos de investigação, tratamento e análise de dados, com atenção especial às experiências dos visitantes (11 trabalhos). Nesses casos, as pesquisas buscam apreender as motivações e benefícios percebidos com a visitação aos parques, por meio da realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Em geral, foi possível reconhecer duas estratégias de coleta de dados adotadas: entrevistas após a visita e entrevistas antes e após a visita. Nesse último caso, os pesquisadores buscam tecer uma análise comparativa entre os principais motivos que levam as pessoas a visitarem os parques, o atendimento de suas expectativas e os benefícios realmente percebidos.

Importante mencionar que, apesar do reconhecido potencial dos parques naturais para o incremento das economias locais e para a melhoria de qualidade de vida das populações residentes em seu entorno direto, poucos estudos direcionam o olhar para a relação que essas populações estabelecem com as áreas protegidas, inclusive sobre os benefícios associados à saúde e bem-estar, o que corrobora com a afirmação de Romagosa et al. (2015) de que ainda são raros os estudos que priorizam a percepção de comunidades locais sobre os benefícios de se residir nas imediações de parques naturais. Notadamente, o termo “visitante” é ainda vinculado aos forasteiros, turistas e excursionistas que buscam experiências de contato em meio à natureza. Apenas 04 estudos buscaram compreender como se efetiva tal relação e os benefícios de se residir nas imediações de um parque nacional (Romanillos et al., 2018; Mahajan & Daw, 2016; Bonet-García et al., 2015; Mackenzie, 2012). Segundo esses autores, tais benefícios envolvem, por exemplo, ar puro, qualidade da água, clima mais ameno, tranquilidade, maior sensação de conexão com o ambiente natural e excelentes locais para a prática de exercícios físicos em meio à natureza.

De forma geral, foi possível reconhecer que os estudos em parques naturais seguem o mesmo viés de investigação adotado nas pesquisas em parques urbanos, ao privilegiar as dimensões do bem-estar físico,

psicológico/emocional e social. Tal constatação vai na direção contrária à afirmação de Romagosa et al. (2015), de que as áreas naturais protegidas como os parques nacionais e estaduais, em geral mais ricos em biodiversidade e situados fora das cidades, forneçam mais tipos de benefícios aos visitantes.

Com base nos trabalhos considerados neste levantamento, os parques naturais possuem potencial para contribuir para a melhoria de bem-estar físico, já que muitas dessas áreas protegidas reúnem um conjunto de estruturas para diferentes modalidades e níveis de exercícios, aspecto que encoraja e motiva as pessoas de distintas idades à prática de atividades como caminhadas, corridas, ciclismo, entre outras (Romagosa, 2018; Lemieux et al. 2016; Puhakka et al. 2016; Wolf et al. 2015; Lemieux et al., 2012; Mackenzie, 2012; Cini et al., 2012). Para De Bortoli et al. (2015), por exemplo, a realização de atividades físicas em ambientes naturais pode influenciar no humor dos indivíduos. Fatores como hostilidade/raiva e tensão/ansiedade diminuíram bastante do pré-teste (antes da atividade) para o pós-teste (depois da última atividade) em visitantes do Parque Nacional Serra do Itabaiana, no Sergipe. Para Hanski et al. (2012), a “hipótese da biodiversidade” propõe que a redução do contato com o ambiente natural e a biodiversidade, incluindo a microbiota ambiental, leva a uma microbiota humana pobre, disfunção imunológica e, finalmente, a doenças inflamatórias crônicas (tradução livre)¹⁹.

Outra dimensão do bem-estar muito influenciada pela visita a parques naturais é a psicológica/emocional. Os estudos destacam que o contato com a natureza, plantas, paisagens e espécies de fauna oferecem benefícios diretos à saúde dos visitantes, como agilidade na recuperação de cirurgias, controle de dor, redução e prevenção de hipertensão, melhoria na concentração e diminuição/alívio de estresse associada a ambientes urbanos, ansiedade e depressão, inclusive no caso de crianças e adolescentes. A visita a um parque nacional pode, ainda, acalmar a mente e reduzir a fadiga mental, prevenir sentimentos de melancolia, promover a melhoria da autoestima, relaxamento e efeitos positivos nas emoções e comportamentos, reconhecidos, assim, como verdadeiras paisagens terapêuticas (Romanillos et al. 2018; Frumkin et al. 2017; Ramkissoon et al., 2018; Puhakka et al. 2016; Lemieux et al. 2016; Wolf et al., 2015; Blasco et al. 2014; Lemieux et al. 2012; Mackenzie, 2012). Em pesquisa recente, Ramkissoon et al. (2018) e Mock et al. (2016) constataram que quanto maior o conhecimento prévio sobre o parque, maiores os níveis de saúde mental, de maneira que parques que possuem uma representatividade maior na identidade e pertencimento dos visitantes tendem a impactar mais em sua percepção de satisfação e qualidade de vida.

A contribuição ao bem-estar social também foi apontada pela maior parte dos estudos realizados em parques não urbanos. As visitas, nesse sentido, oportunizam e até incrementam laços e relações de sociabilidade entre familiares e grupos de amigos, o contato e ampliação de redes sociais (Romanillos et al. 2018; Frumkin et al. 2017; Ramkissoon et al., 2018; Lemieux et al. 2016; Puhakka et al. 2016; Wolf et al., 2015; Blasco et al. 2014; Lemieux et al. 2012; Mackenzie, 2012; Cini et al., 2012). Na mesma direção, o bem-estar ambiental e ecológico, que envolve a possibilidade de conhecimento e de maior proximidade com as áreas naturais, a conexão com a natureza e a criação de vínculos com os parques, também figuraram em alguns estudos considerados (Lemieux et al. 2016; Romagosa, 2018; Puhakka et al. 2016; Mock et al. 2016; Lemieux et al. 2012).

Por outro lado, dimensões que versam sobre o bem-estar espiritual, cultural, econômico e intelectual/laboral associados aos parques naturais não compõem o escopo da maior parte dos estudos em termos de motivações da visita e benefícios percebidos. Apenas alguns deles procuraram investigar o potencial para o bem-estar espiritual e as possibilidades de experiências de contemplação, reflexão, inspiração e conexão com realidades para além da dimensão humana (Lemieux et al. 2016; Romagosa, 2018; Puhakka et al. 2016; Mock et al. 2016; Lemieux et al. 2012). Já o bem-estar econômico, que envolve a perspectiva de que a visita impacta positivamente a economia local e a própria manutenção da área protegida, e o bem-estar laboral/ocupacional, que sugere a melhoria da capacidade de trabalho após a visita, foram aspectos investigados por Romagosa (2018), Lemieux et al. (2016), Puhakka et al. (2016), Mock et al. (2016) e Lemieux et al. (2012). Nessa linha, o trabalho nos parques brasileiros de Souza & Simões (2018) indicou que cada real investido na área protegida gerou sete reais na economia local. Por fim, a oportunidade de vivenciar o patrimônio cultural e histórico e conhecer os elementos de ruralidade e os “saber-fazer” comunidades locais durante a visita a um parque natural foi trabalhada apenas por Romagosa (2018), Lemieux et al. (2016), Puhakka et al. (2016) e Lemieux et al. (2012).

Importante destacar ainda que Romagosa (2018), Lemieux et al. (2016), Puhakka et al. (2016) e Lemieux et al. (2012) chamam a atenção para os benefícios do contato com a natureza e com ambientes mais equilibrados e

¹⁹ The “biodiversity hypothesis” proposes that reduced contact with natural environment and biodiversity, including environmental microbiota, leads to poor human microbiota, immune dysfunction and finally to chronic inflammatory diseases Hanski et al. (2012).

sem poluição para as crianças. A visitação aos parques contribuiu para o desenvolvimento físico e cognitivo, capacidade de relacionamento em grupo e combate a distúrbios como hiperatividade, déficit de atenção e problemas respiratórios.

5 LACUNAS DE PESQUISA VOLTADAS À RELAÇÃO PARQUES, SAÚDE E BEM-ESTAR

A partir da aproximação do campo de investigação em questão, foi possível reconhecer que, em geral, grande parte das pesquisas existentes ainda direcionam enfoque para parques e áreas verdes localizados em centros urbanos, conforme apontaram Puhakka et al. (2016) e Lemieux et al. (2012), com privilégio de aspectos relacionados à saúde física, prevenção de doenças, restauração por meio do contato com a natureza e momentos de sociabilidade. Outros aspectos relacionados à saúde e bem-estar dos visitantes, como bem-estar ambiental e ecológico, cultural, econômico e intelectual estão ainda na periferia dos debates. São incipientes, portanto, estudos que procuram conferir um olhar mais abrangente sobre a diversidade de contribuições potenciais dos parques urbanos e naturais à melhoria de qualidade de vida de seus visitantes, como sugerido por Maller et al. (2008), Lemieux et al. (2012), Romagosa et al. (2015), Kaikkonen et al. (2015), Lemieux et al. (2016) e Romagosa (2018).

Quando considerado apenas o cenário brasileiro, tal constatação fica ainda mais evidente, de maneira que quase a totalidade das pesquisas ainda contempla parques e áreas verdes urbanos, com olhar voltado para as contribuições à saúde física e psicológica de seus visitantes. Na mesma direção, poucas pesquisas buscam um olhar amplo sobre a diversidade de motivações associadas à visitação (Lemieux et al., 2012) ou mesmo sobre os benefícios diretos ao tratamento de doenças. Segundo Romanillos et al. (2018, p.02), “o fato é paradoxal, visto que historicamente a natureza tem sido um importante recurso terapêutico no tratamento de certas doenças, como nos casos dos sanatórios para tratamento da tuberculose, ou dos jardins terapêuticos em hospitais psiquiátricos (tradução livre)²⁰.”

Vale também ressaltar que, apesar de muitos estudos direcionarem o enfoque para avaliação das estruturas físicas e condições existentes para possibilitar as experiências nos parques, bem como os benefícios associados à visitação, essas informações, em geral, não resultam em ações práticas, sendo ainda subutilizadas por gestores, interlocutores de políticas públicas e visitantes. Por exemplo, informações sobre o desenho de uma determinada trilha, a formatação de uma atividade de educação ambiental, os equipamentos disponíveis ou as demandas expressas pelos visitantes poderiam nortear iniciativas voltadas à maximização do papel dos parques enquanto promotores de saúde e bem-estar (Frumkin et al., 2017; Romagosa et al., 2015). Na mesma direção, existe também uma lacuna em relação aos impactos das ações de gestão e manejo sobre os visitantes (Puhakka et al., 2016; Lemieux et al., 2012). Uma melhor compreensão dessas informações pode contribuir para a elaboração de estratégias de conservação, manutenção e estruturação das áreas verdes, tendo como foco o público que as frequenta, garantindo o cumprimento dos objetivos dessas áreas (Silva, 2014) e, também, de estimular a apropriação dos parques por parte da sociedade, reforçando sua vocação patrimonial, tanto natural quanto cultural.

Puhakka et al. (2016) sugerem, nesse sentido, a adoção de um sistema de indicadores para monitorar os benefícios percebidos e a efetividade das iniciativas de uso público praticadas pelos parques. Essa estratégia deve envolver comunidades e usuários em seu processo de concepção e implementação, valorizando, portanto, a participação social na gestão dessas áreas protegidas, e estar direcionada para os diferentes subgrupos de visitantes, como idosos, jovens, crianças, adultos, pessoas com problemas de saúde, moradores de áreas urbanas, moradores de áreas rurais, entre outros (Lemieux et al., 2012). A adoção de uma abordagem segmentada em relação ao perfil dos visitantes é relevante quando se reconhece que a origem e durabilidade das preferências, bem como o nível de percepção e de absorção de benefícios do contato com a natureza são variáveis e vinculados a cada experiência de visitação aos parques (Frumkin et al., 2017; Lemieux et al., 2016), expressando características comportamentais (Cini et al., 2012). Alguns estudos sugerem, nesse sentido, que a orientação individual em termos de um maior nível de informações e de conhecimento sobre o parque visitado, bem como o grau de motivação em ter experiências junto à natureza estão diretamente relacionados com a maior frequência e tempo de permanência e, também, com o reconhecimento de um maior número e intensidade de benefícios positivos percebidos à saúde e ao bem-estar (Mock et al., 2016; Lemieux et al., 2016; Lin et al., 2013; Cini et al., 2012). Para Lemieux et al. (2016), pessoas com maior senso de conexão com a natureza e sentimentos de pertencimento com o ambiente natural tendem a buscar os parques por razões terapêuticas. Contudo, são necessárias novas pesquisas para

²⁰ “This fact is paradoxical, given that historically, nature has been an important therapeutic resource in the treatment of certain diseases, such as in the cases of the sanatoriums for the treatment of tuberculosis, or the therapeutic gardens in psychiatric hospitals (Romanillos et al., 2018, p. 02).”

melhor explorar e compreender essa relação, sobretudo os mecanismos restaurativos que podem ser encontrados nos parques e em outras áreas protegidas.

Na mesma direção, Frumkin et al. (2017) destacam que ainda são necessárias pesquisas voltadas ao reconhecimento das diferenças de acessibilidade e de percepção de benefícios com base na variação de fatores socioeconômicos, étnicos e culturais dos visitantes. Esse conjunto de informações adquire caráter estratégico ao subsidiar ações mais personalizadas e segmentadas, tanto na formatação das experiências, quanto no empreendimento de programas de atração de parcelas da população que não possuem o hábito de frequentar parques urbanos ou não urbanos. Mock et al. (2016), inclusive, chamam a atenção para a importância do investimento em iniciativas de promoção e difusão de informações sobre os parques, em termos de características, oportunidades de experiências e benefícios potenciais associados à visitação, como caminho para despertar o interesse por essas áreas e incrementar o número de visitas. O turismo em áreas naturais, nesse caso, pode contribuir para a geração de maiores vínculos com os parques e com seu contexto territorial, resultando em melhor qualidade de vida para os visitantes, mais recursos para a gestão e investimentos nos parques e, ainda, novas oportunidades e maior impacto socioeconômico para comunidades residentes em seu entorno direto.

À propósito, a relação de apropriação do patrimônio natural e cultural dos parques por parte de comunidades locais e, mais especificamente, o reconhecimento dos benefícios associados à saúde e ao bem-estar constituem ainda temas de investigação recentes e pouco priorizados, conforme Romanillos et al. (2018) e Lemieux et al. (2012). É preciso, nesse sentido, investir esforços de pesquisas capazes de melhor compreender como se efetiva essa relação, a visão das comunidades sobre os parques, seus hábitos de visitação e uso dessas áreas, bem como os benefícios percebidos e demandas existentes. Isso porque estudos como o de Sancho-Pivoto et al. (2020), realizado em um parque brasileiro, indicam que as comunidades do entorno acabam se distanciando dos parques em virtude do próprio processo de criação dessas áreas protegidas, geralmente autoritários, conflituosos e distanciados dos interesses locais. Ao mesmo tempo, o envolvimento crescente das populações com a prestação de serviços turísticos e recepção de visitantes resulta em pouco tempo disponível para momentos de lazer e recreação nessas áreas verdes e, por conseguinte, em menores benefícios à saúde e bem-estar. Conforme apontam Frumkin et al. (2017), as desigualdades de contato e de acesso à natureza podem expressar ainda processos de elitização e de “gentrificação verde”, acentuando as desigualdades sociais, as situações de pobreza e as disparidades nos níveis de qualidade de vida.

Por fim, não foram encontrados neste levantamento estudos que buscaram tecer uma análise comparativa entre os benefícios à saúde e ao bem-estar de parques urbanos e naturais (não urbanos), corroborando com os apontamentos de Romagosa et al. (2015, p. 72), de que “comparações entre diferentes tipos de áreas protegidas têm sido raras. Consequentemente, são necessárias mais pesquisas sobre os resultados percebidos de saúde e bem-estar associados à visita a diferentes tipos de áreas protegidas (tradução livre)”²¹. Pesquisas com este enfoque podem revelar os sentidos atribuídos, as peculiaridades das motivações das visitas e do perfil dos frequentadores e, também, quais benefícios são mais comumente percebidos em cada caso. Ao mesmo tempo, é possível compreender, por exemplo, se aqueles que costumam visitar áreas verdes urbanas também possuem o hábito de visitar parques fora das cidades e se as razões são similares ou se cada tipologia desperta interesses e proporciona benefícios específicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do levantamento sobre pesquisas voltadas à compreensão dos benefícios dos parques à saúde e ao bem-estar revelou que essa temática vem ganhando importância acadêmica nos últimos anos, mas ainda não compõe espaço prioritário nas agendas de órgãos ambientais, de turismo e de saúde pública, sobretudo no caso brasileiro, de maneira que o potencial das áreas verdes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas é ainda sub-explorado. Para Lemieux et al. (2012), é preciso estabelecer parcerias entre profissionais de áreas protegidas e as autoridades de saúde pública, de forma a abordar mais sistematicamente o potencial de saúde das áreas protegidas e a garantir que decisões informadas sejam tomadas em todas as áreas do sistema de saúde, incluindo tratamento, prevenção, programas de uso público e políticas de desenvolvimento territorial e turístico no contexto dos parques urbanos e parques naturais.

²¹ “Comparisons between different kinds of protected areas have been rare. Accordingly, more research on the perceived health and well-being outcomes associated with visiting different types of protected areas is needed” Romagosa et al., 2015, p. 72).

Nesse sentido, esforços de investigação sobre os reais efeitos da visitação em parques, em termos de relevância dessas áreas, lacunas existentes e demandas de turistas e populações residentes nas proximidades dessas áreas se apresentam como necessários e estratégicos. Isso pode justificar suporte político e financeiro aos parques naturais e urbanos e auxiliar interlocutores de órgãos públicos, gestores e comunidades no delineamento de programas integrados de uso público, estruturação de projetos voltados à saúde, bem-estar, lazer e turismo e, também, comunicação e relacionamento com turistas e potenciais frequentadores, com vistas a garantir o aproveitamento de todo potencial dessas áreas protegidas para a sociedade, em sentido amplo. Tal perspectiva ganha ainda mais relevância quando consideramos o atual contexto de pandemia causado pela COVID-19 que, apesar dos inúmeros efeitos negativos sobre a sociedade, e em especial sobre a visitação às áreas naturais e ao mercado turístico de forma ampla, sugere tendências promissoras que se delineiam no processo de reabertura gradual dos parques. Estudos recentes apontam que, com a gradual reabertura das cidades e flexibilização dos protocolos de prevenção da COVID-19, haverá um maior interesse pela busca de destinos turísticos menos massificados e que valorizem pressupostos de sustentabilidade, com enfoque em aspectos naturais e culturais e com forte vinculação ao bem-estar e à saúde dos visitantes e comunidades receptoras.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Programa de Pós-Doutorado Junior/processo n.150439/2020-2).

REFERÊNCIAS

- Abrahão, S. (2008). *Espaço público: do urbano ao político*. Annablume Editora.
- Andreu, M., Font-Barnet, A., & Roca, M. (2021) Wellness Tourism—New Challenges and Opportunities for Tourism in Salou. *Sustainability*, 13, 8246. <https://doi.org/10.3390/su13158246>
- Arana, A., & Xavier, F. (2017). Qualidade ambiental e promoção de saúde: o que determina a realização de atividades físicas em parques urbanos? *Geosul*, Florianópolis, (32)63, 201-228. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2017v32n63p179>
- Arana, A., & Xavier, F. (2016). Qualidade Ambiental e Promoção de Saúde: Um Estudo Sobre o Parque do Povo de Presidente Prudente—SP. *Revista do Departamento de Geografia*, 32, 1-14. <https://doi.org/10.11606/rdg.v32i0.112038>
- Araújo, N., & Barreto, C. (2020). Uses And Roles Of Urban Parks: Perceptions On The Ecological Park Asa Sul, Brasília, Brazil. *Revista Espaço e Geografia*, (23)2.
- Bargos, D., & Matias, L. (2011). Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, (6) 3, 172-188. <https://doi.org/10.5380/revsbau.v6i3.66481>
- Baur, J., & Tynon, J. (2010). Small-scale urban nature parks: why should we care?. *Leisure Sciences*, (32)2, 195-200. <https://doi.org/10.1080/01490400903547245>
- Blasco, M., & González, M. (2014). Confort psicológico y experiencia turística. Casos de estudio de espacios naturales protegidos de la Comunidad Valenciana (España). *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 65, 293-316. <https://doi.org/10.21138/bage.1754>
- Bonet-García, F., Pérez-Luque, A., Moreno-Llorca, R., Pérez-Pérez, R., Puerta-Piñero, C., & Zamora, R. (2015). Protected areas as elicitors of human well-being in a developed region: A new synthetic (socioeconomic) approach. *Biological Conservation*, 187, 221-229. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2015.04.027>
- Campos, R., & Castro, J. (2017). Áreas verdes: Espaços urbanos negligenciados impactando a saúde. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*,(8) 1, 106-116.
- Canadian Parks Council. (2006). *Healthy by nature*. Canadian Parks Council.
- Carrus, G., Scopelliti, M., Laforteza, R., Colangelo, G., Ferrini, F., Salbitano, F., ... & Sanesi, G. (2015). Go greener, feel better? The positive effects of biodiversity on the well-being of individuals visiting urban and peri-urban green areas. *Landscape and urban planning*, 134, 221-228. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00914>
- Carvalho, Í., & Gosling, M. (2019). Parques verdes na cidade de Belo Horizonte: atributos e pesos na perspectiva da ambiência. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, (8)1, 115-127. <https://doi.org/10.5585/podium.v8i1.307>

- Chambers, I. (1990). *Border Dialogues: Journeys in Postmodernity*. Routledge.
- Cini, F., Kruger, S., & Ellis, S. (2012). A model of intrinsic and extrinsic motivations on subjective well-being: The experience of overnight visitors to a national park. *Applied Research in Quality of Life*, (8)1, 45-61. <https://doi.org/10.1007/s11482-012-9173-y>
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. Boitempo.
- De Bortoli, R., Freire, S., Macedo, R., Lima, G., Sobrinho, H & Messias, S. (2015). Alterações do estado de humor em praticantes de ecofitness. *Psicologia, Saúde e Doenças*, (16)2, 164-174. <https://doi.org/10.15309/15psd160203>
- Diegues, A. C. S. (1994). *O mito Moderno da Natureza Intocada*. EDUSP/NUPAUB.
- Diegues, A. C. S. (1998). As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In C. Serrano, H. Bruhns (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente* (pp. 85-102). Papirus.
- Dudley, N. (Ed.). (2008). *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. IUCN. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2008.PAPS.2.es>
- Enssle, F., & Kabisch, N. (2020). Urban green spaces for the social interaction, health and well-being of older people—An integrated view of urban ecosystem services and socio-environmental justice. *Environmental science & policy*, 109, 36-44. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.04.008>
- Europarc-España. (2013). *Salud y áreas protegidas en España*. Identificación de los beneficios de las áreas protegidas sobre la salud y el bien estar social. Europarc-España.
- Fernandes, K., & Higuchi, M. (2017). Parques verdes urbanos: espaços de sensibilização ambiental e bem-estar social. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, (8)4, 23-36. <https://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.004.0003>
- Fischer, M., Renk, V., Moser, A., & Artigas, N. (2018). Diálogos entre bioética e saúde global: análise de usuários e usos de parques urbanos como indicadores éticos na promoção de bem-estar. *Cadernos Metrópole*, 20, 471-492. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4208>
- Friedrich, D. (2007). O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Frumkin, H., Bratman, G. N., Breslow, S. J., Cochran, B., Kahn Jr, P. H., Lawler, J. J. & Wood, S. A. (2017). Nature contact and human health: A research agenda. *Environmental health perspectives*, 125(7), <https://doi.org/10.1289/EHP1663>
- Gomes, M. A. S. (2013). *Os parques e a produção do espaço urbano*. Paço Editorial.
- Graça, P., & Telles, F. (2020). A importância dos parques urbanos para a manutenção da biodiversidade e benefícios socioambientais: Uma análise realizada no Parque do Flamengo (Rio de Janeiro). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, (13)4. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9876>
- Grilli, G., Mohan, G., & Curtis, J. (2020). Public park attributes, park visits, and associated health status. *Landscape and urban planning*, 199, 103814. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103814>
- Hanski, I., Von Hertzen, L., Fyhrquist, N., Koskinen, K., Torppa, K., Laatikainen, T., & Haahtela, T. (2012). Environmental biodiversity, human microbiota, and allergy are interrelated. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, (109) 21, 8334-8339. <https://doi.org/10.1073/pnas.1205624109>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. IBGE.
- Irvine, K., Warber, S., Devine-Wright, P., & Gaston, K. (2013). Understanding urban green space as a health resource: A qualitative comparison of visit motivation and derived effects among park users in Sheffield, UK. *International journal of environmental research and public health*, 10(1), 417-442. <https://doi.org/10.3390/ijerph10010417>
- Jiang, Y., Yuan, Y., Neale, A., Jackson, L., & Mehaffey, M. (2016). Association between natural resources for outdoor activities and physical inactivity: results from the contiguous United States. *International journal of environmental research and public health*, (13) 8, 830. <https://doi.org/10.3390/ijerph13080830>
- Kaikkonen, H., Virkkunen, V., Kajala, L., Erkkonen, J., Aarnio, M., & Korpelainen, R. (2015). *Health and well-being from Finnish national parks. A study of benefits perceived by visitors*. Metsähallitus.
- Koss, R., & Kingsley, J. (2010). Volunteer health and emotional wellbeing in marine protected areas. *Ocean & Coastal Management*, 53, 447-453. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2010.06.002>

- Lemieux, C., Eagles, P., Slocombe, D., Doherty, S., Elliot, S. & Mock, S. (2012). Human health and well-being motivations and benefits associated with protected area experiences: An opportunity for transforming policy and management in Canada. *Parks*, 18(1), 71–85.
- Lemieux, C., Doherty, S., Eagles, P., Groulx, M., Hvenegaard, G., Gould, J., Nisbet, E., & Romagosa, F. (2016). Policy and management recommendations informed by the health benefits of visitor experiences in Alberta's protected areas. *Journal of Park and Recreation Administration*, (34) 1. <https://doi.org/10.18666/JPRA-2016-V34-I1-6800>
- Lev, E., Kahn Jr., P., Chen, H., & Esperum, G. (2020). Relatively wild urban parks can promote human resilience and flourishing: A case study of Discovery Park, Seattle, Washington. *Frontiers in Sustainable Cities*, 2, 2. <https://doi.org/10.3389/frsc.2020.00002>
- Lin, B., Fuller, R., Bush, R., Gaston, K., & Shanahan, D. (2013). Opportunity or orientation? Who uses urban parks and why. *PLoS one*, (9)1, e87422. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.12.058>
- Liu, H., Li, F., Li, J., & Zhang, Y. (2017). The relationships between urban parks, residents' physical activity, and mental health benefits: A case study from Beijing, China. *Journal of environmental management*, 190, 223-230. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.12.058>
- Loboda, C., & De Angelis, B. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, (1)1, 125-139.
- Londe, P., & Mendes, P. (2016). Qualidade Ambiental Das Áreas Verdes Urbanas Na Promoção Da Saúde: O Caso Do Parque Municipal Do Mocambo Em Patos De Minas/MG. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, (12)22, 177-196.
- Loureiro, C. F. B., & Cunha, C. (2008). Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, 11, 237-253. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003>
- Mackenzie, C. A. (2012). Accruing benefit or loss from a protected area: Location matters. *Ecological Economics*, 76, 119-129. <https://econpapers.repec.org/scripts/dir.pf?u=https%3A%2F%2Fdoi.org%2F10.1016%252Fj.ecolecon.2012.02.013;h=repec:eee:ecolec:v:76:y:2012:i:c:p:119-129>
- Mahajan, S., & Daw, T. (2016). Perceptions of ecosystem services and benefits to human well-being from community-based marine protected areas in Kenya. *Marine Policy*, 74, 108-119. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2016.09.005>
- Maller, C., Henderson-Wilson, C., Pryor, L., Prosser, L. & Moore, M. (2008). *The health benefits of contact with nature in a park context – A review of relevant literature* (2nd ed.). Deakin University – School of Health and Social Development, Faculty of Health, Medicine, Nursing and Behavioural Sciences.
- Maller, C., Townsend, M., Pryor, A., Brown, P., & St. Leger, L. (2005). Healthy nature Healthy people: 'Contact with nature' as an upstream health promotion intervention for populations. *Health Promotion International*, 21(1), 45–54. <https://doi.org/10.1093/heapro/dai032>
- McCormack, G., Rock, M., Toohey, A. & Hignell, D. (2010). Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. *Health & place*, (16)4, 712-726. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2010.03.003>
- Medeiros, R. (2003). *A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às Demandas locais* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].
- Mock, S., Havitz, M., Lemieux, C., Flannery, P., Eagles, P. & Doherty, S. T. (2016). The contribution of parks commitment and motivations to well-being. *Journal of Park and Recreation Administration*, 34(3), 83-98. <https://doi.org/10.18666/JPRA-2016-V34-I3-7041>
- National Park Service. (2011). *Healthy parks, healthy people US. Strategic action plan*. National Park Service.
- Natural England. (2012). *Monitor of engagement with the natural environment: The national survey on people and the natural environment*. Natural England.
- Ottawa Charter for Health Promotion. (1986). In: Health Promotion (vol. 1, iii–v). World Health Organization, <https://doi.org/10.1093/heapro/1.4.405>
- Pacheco, R. ; Raimundo, S. (2015). Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 1, 43-66.
- Panzini, F. (2013). *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. Ed. do Senac.

- Parks Victoria. (2015). *A Guide to the Healthy Parks Healthy People: approach and current practices*.
- Perehouskei, N., & De Angelis, B. (2012). Áreas verdes e saúde: paradigmas e experiências. *Diálogos & Saberes, Mandaguari*, (8)1, 55-77.
- Perehouskei, N., De Angelis, B., & Bravo, J. (2011). A importância das áreas verdes nos serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari-PR. *Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)*, (3)1, 83-107.
- Pessot, E.; Spoladore, D.; Zangiacomini, A.; Sacco, M. (2021). Natural Resources in Health Tourism: A Systematic Literature Review. *Sustainability*, 13, 2661. <https://doi.org/10.3390/su13052661>
- Pierone, J., Vizzotto, M., Heleno, M., Farhat, C. & Serafim, A. (2016). Qualidade de vida de usuários de parques públicos. *Boletim de psicologia*, 66(144), 99-112.
- Puhakka, R., Pitkänen, K., & Siikamäki, P. (2016). The health and well-being impacts of protected areas in Finland. *Journal Of Sustainable Tourism*, (25)12, 1830-1847, <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1243696>
- Raimundo, S. & Sarti, Antonio C. (2016). Urban parks and their role for the environment, tourism and leisure in the city. *Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR)*, (6)2, 3-24. DOI: 10.2436/20.8070.01.32
- Raimundo, S.; Pacheco, R. (2021). Parques Urbanos na Pós Pandemia: sua importância para uma vida com qualidade nas cidades.. In L. Marques. (Org.). *Cidades Vacinadas: ensaios urbanos e ambientais para um Brasil pós-pandemia* (1ed, p. 150-155). RioBooks.
- Ramkissoon, H., Mavondo, F., & Uysal, M. (2018). Social involvement and park citizenship as moderators for quality-of-life in a national park. *Journal of Sustainable Tourism*, (26)3, 341-361. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1354866>
- Romagosa, F.,; Eagles, P., & Lemieux, C. J. (2015). From the inside out to the outside in: Exploring the role of parks and Protected áreas as providers of human health and well-being. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 10, 70–77. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2015.06.009>
- Romagosa, F. (2018). Physical health in green spaces: Visitors' perceptions and activities in protected areas around Barcelona.. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 23, 26–32. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2018.07.002>
- Romanillos, T., Maneja, R., Varga, D., Badiella, L., & Boada, M. (2018). Protected natural areas: In sickness and in health. *International journal of environmental research and public health*, (15)10, 2182. <https://doi.org/10.3390/ijerph15102182>
- Sancho-Pivoto, A., Alves, A., & Dias, V. (2020). Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14, 46-63. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751>
- Sancho-Pivoto, A., Deus, J. de. (2015). Áreas Protegidas e Ambientes Urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. *Sociedade & Natureza*, 27, 223-238. <https://doi.org/10.1590/1982-451320150203>
- Santana, J., Rosa, M., Silva, S. & Faria, K. (2016). Parques Públicos de Ouro Preto: um importante recurso de promoção da saúde. *Licere*, (19)3. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1289>
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200063. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
- Scopelliti, M; Carrus, G.; Adinolfi, C.; Suarez, G.; Colangelo, G.; Laforteza, R.; Panno, A., & Sanesi, G. (2016). Staying in touch with nature and well-being in different income groups: The experience of urban parks in Bogotá. *Landscape and Urban Planning*, 148, 139-148. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2015.11.002>
- Serpa, A. (2007). *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. Contexto.
- Silva, F., Santos, E., Brandão, M., & Vils, L. (2016). Estudo Bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. *Brazilian Journal of Marketing - BJM/Revista Brasileira de Marketing - ReMark*, (15)2. Abril/Junho. <https://doi.org/10.5585/remark.v15i2.3274>
- Silva, J. (2014). *Contributo dos espaços verdes para o bem-estar das populações-Estudo de caso em Vila Real* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra]. https://doi.org/10.14195/0871-1623_33_10
- Silva, J., & Nogueira, H. (2014). Contributo dos espaços verdes para o bem-estar das populações - Estudo de caso em Vila Real. *Cadernos de Geografia*, 33, pp. 117-121. https://doi.org/10.14195/0871-1623_33_10

- Silva, J., & Pasqualetto, A. (2013). O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI. *Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde*, (40)3, 287-298.
- Soares, A., Machado, F., Gularte, Y. & Borges, D. V. (2019). Importância dos parques urbanos para promoção da qualidade de vida dos indivíduos. *Disciplinarum Scientia | Sociais Aplicadas*, (15)2, 243-257.
- Soja, E. (2008). *Postmetrópolis. Estudios crítico sobre las ciudades y las regiones*. Madrid.
- Sousa, A., De Souza Medeiros, J., Da Silva Albuquerque, D., & Higuchi, M. I. G. (2015). Parque Verde Urbano como espaço de desenvolvimento psicossocial e sensibilização socioambiental. *Psico*, 46(3), 301-310. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.3.17423>
- Souza, T.; Simões, H. (2018). *Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo*. ICMBio. Brasília.
- Sturm, R., & Cohen, D. (2014). Proximity to urban parks and mental health. *The journal of mental health policy and economics*, (17)1, 19.
- Szeremeta, B., & Zannin, P. (2013). A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 29, 177-193. <https://doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747>
- Tendais, I., & Ribeiro, A. (2020). Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela Covid-19. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, (55)115, 183-188.
- Terraube, J., Fernáandez-Llamazares, Á., & Cabeza, M. (2017). The role of protected areas in supporting human health: a call to broaden the assessment of conservation outcomes. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 25, 50-58. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.08.005>
- Tsunetsugu, Y., Lee, J., Park, B. J., Tyrväinen, L., Kagawa, T., & Miyazaki, Y. (2013). Physiological and psychological effects of viewing urban forest landscapes assessed by multiple measurements. *Landscape and Urban Planning*, 113, 90-93. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2013.01.014>
- Viana, Á. , Lopes, M., Neto, N., Kudo, S., da Silva Guimarães, D. & Mari, M. (2014). Análise da percepção ambiental sobre os parques urbanos da cidade de Manaus, Amazonas. *Revista Monografias Ambientais*, 13(5), 4044-4062. <https://doi.org/10.5902/2236130815179>
- Wang, D., Brown, G., & Liu, Y. (2015). The physical and non-physical factors that influence perceived access to urban parks. *Landscape and urban planning*, 133, 53-66. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.09.007>
- Wolf, I., Stricker, H., & Hagenloh, G. (2015). Outcome-focused national park experience management: Transforming participants, promoting social well-being, and fostering place attachment. *Journal of Sustainable Tourism*, (23)3, 358-381. <https://doi.org/10.1080/09669582.2014.959968>
- World Tourism Organization and European Travel Commission. (2018). *Exploring Health Tourism*. UNWTO eLibrary.
- World Travel and Tourism Council. (2019). *The economic impact of global wildlife tourism*. August.
- Wulf, A. (2016). *A invenção da Natureza: as aventuras de Alexarnder Von Humboldt*. Planeta.
- Xavier, F., Felipe, J., & Arana, A. (2018). O parque verde urbano: características do uso através de observação sistemática. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 10, 82-95. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.supl1.a005>
- Ximenes, D., Da Silva, G., Maglio, I., Chiquetto, J., Amato-Lourenço, L., Vascosellos, M., Jacobi, P., Coutinho, S. & César, V. (2020). A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). *Revista Labverde*, (10)1. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291>
- Zardin, M., De Oliveira, J., Arthuso, J. & Biondi, D. (2017). Perfil e percepção dos frequentadores do Parque Municipal São Lourenço de Curitiba-PR. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, (12)3, 37-50. <https://doi.org/10.5380/revsbau.v12i3.63573>

Informação dos Autores

Altair Sancho-Pivoto

Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do Centro de Investigação em Turismo, Território e Desenvolvimento Socioambiental - CI-TURDES/UFJF. Doutor em Geografia (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS/UFRJ (2007) e Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004). Tem experiência nas áreas de turismo, planejamento e ordenamento

territorial, com ênfase nas interfaces com políticas públicas de turismo, projetos de desenvolvimento comunitário e áreas protegidas.

Contribuições: Concepção da pesquisa, Revisão da literatura, Análise de dados, Discussão dos Resultados.

E-mail: altairsancho@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9943-1334>

Sidnei Raimundo

Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Doutor em Geografia (na área de análise ambiental e dinâmica territorial) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em Geografia também pela USP. Realizou estágio de pós-doutoramento em Geografia do Turismo na Universidade de Girona, Espanha. Trabalhou no Instituto Florestal do Estado de São Paulo, com manejo (gerenciamento) de parques, estações ecológicas e outras áreas protegidas. É professor da EACH-USP, onde também orienta nos programas de pós-graduação em "Mudança Social e Participação Política" e em "Turismo". É coordenador do curso de Lazer e Turismo da EACH-USP, gestão 2020-2021 e reconduzido ao cargo na gestão 2022-2024. É líder do grupo de pesquisa "Dinâmicas Socioambientais e Políticas Territoriais" e Coordenador na EACH-USP da Cátedra-Rede Unitwin da UNESCO sobre "Cultura, Turismo e Desenvolvimento". Sua linha de pesquisa está associada aos impactos espaciais e socioambientais do lazer e turismo, geografia do turismo, manejo de áreas protegidas, ecoturismo e lazer na natureza.

Contribuições: Revisão da literatura, Análise de dados, Discussão dos Resultados.

E-mail: sraimundo@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2182-9593>